

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd - CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

LILIAN APARECIDA ALMEIDA GARRIT DOS SANTOS

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO REFORÇO ESCOLAR/CECIERJ EM UMA
ESCOLA ESTADUAL DE JAPERI

JUIZ DE FORA

2014

LILIAN APARECIDA ALMEIDA GARRIT DOS SANTOS

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO REFORÇO ESCOLAR/CECIERJ EM UMA
ESCOLA ESTADUAL DE JAPERI**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Fernando Tavares Júnior

JUIZ DE FORA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

LILIAN APARECIDA ALMEIDA GARRIT DOS SANTOS

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO REFORÇO ESCOLAR/CECIERJ EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE JAPERI

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em __/__/__.

Professor Doutor Fernando Tavares Júnior

Jerônimo Jorge Cavalcanti Silva

Luiz Flávio Neubert

Juiz de Fora, 21 de agosto de 2014

Dedico este trabalho a Jorge Garrit, meu pai e eterno amigo. E à minha querida prima Márcia Cristina Almeida da Silva. Sei que onde estiverem serão meus referenciais de superação.

AGRADECIMENTOS

- À SEEDUC-RJ pela oportunidade de ingressar neste mestrado.
- À Coordenação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela organização de todo curso.
- Ao meu orientador Prof. Dr. Fernando Tavares Junior pelas informações preciosas que me mostraram o caminho que devia seguir no estudo realizado.
- À tutora Sheila Rigante Romero, excelente profissional e incentivadora. Seu apoio e paciência foram fundamentais.
- Ao tutor Wallace Adriolli Guedes pelo empenho e dedicação em me chamar para a realidade quando, por vezes, sonhava mais do que a realidade educacional nos permite atingir.
- Às fiéis companheiras de jornada Maria Verônica, Rita Mello, Luciana Gentil e Sandra Albuquerque, por se tornarem minha família nos quatro períodos presenciais que ficamos afastadas de nossas casas.
- Aos amigos e companheiros do mestrado, que juntos caminharam nesta árdua jornada.
- Aos companheiros de trabalho por assumirem minhas funções durante o período presencial do Mestrado. Em especial, à Diretora Regional Pedagógica, Neide Aparecida, por sempre me apoiar em meu crescimento profissional.
- Às diretoras, coordenadora pedagógica, professores e alunos no CE Almirante Tamandaré, por disporem seu tempo em prol da minha pesquisa.
- E por fim, mas não menos importante, aos meus familiares que me apoiaram em todo o período de participação na plataforma e na ausência no período presencial.

Um dos objetivos que se espera da educação escolar é o desenvolvimento de conhecimentos duradouros por parte dos educandos. Vasconcellos (1994)

RESUMO

Este estudo descreve e analisa o processo de implementação, no ano de 2012, do Projeto Reforço Escolar, no Ensino Médio, em uma escola estadual do município de Japeri, a fim de solucionar a seguinte questão: quais estratégias devem ser adotadas para ampliar a adesão dos alunos ao projeto. Por estarmos falando de ofertar um ensino que, de fato, atinja o aluno e eleve seu desempenho acadêmico, torna-se necessário o alinhamento dos recursos oferecidos para que estes alcancem o público-alvo e sejam eficazes. O estudo tem início em uma unidade escolar, identificando os pontos fortes e fracos do programa com a finalidade de traçar ações educacionais, que levem o projeto Reforço Escolar a atingir seus objetivos. O trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro apresenta o cenário educacional do Estado do Rio de Janeiro, o perfil do aluno do Ensino Médio, a proposta do projeto Reforço Escolar e a realidade da unidade escolar estudada, assim como a Regional onde está localizada. No segundo capítulo, utilizamos dois métodos: o primeiro consistiu em analisar quais habilidades foram exploradas nos exercícios que constam no material pedagógico utilizado nas aulas do projeto, nas turmas do 2º ano do Ensino Médio (3º bimestre) e compará-lo com as habilidades e competências do Currículo Mínimo do mesmo ano de escolaridade e bimestre. Por fim, estudamos as habilidades que foram cobradas nos itens do Saerjinho, no mesmo período. No segundo momento, foi aplicado um questionário aos alunos, analisado pela escala de Likert, com a finalidade de averiguar o posicionamento dos estudantes em relação ao projeto. Durante o estudo realizado a partir dos dados tabulados, foram utilizados como referencial teórico os autores: Lino de Macedo (2007), Telma Weisz (2011), Celso Vasconcellos (1994/2002), Melchior (1998), Luckesi (2005) e Pierre Bourdieu, apresentado por Maria Alice Nogueira e Cláudio Martins Nogueira (2004). E, finalmente, no terceiro capítulo foi apresentado um plano de atendimento educacional com ações que buscam sanar as situações críticas identificadas.

Palavras-chave: REFORÇO ESCOLAR – MATERIAL PEDAGÓGICO – FORMAÇÃO CONTINUADA.

ABSTRACT

This study describes and analyzes the implementation process of the School Reinforcement Project in High School Education at a public school in the municipality of Japeri in 2012. It aims at solving the following question: what strategies should be adopted to expand the participation of the students in the project. As we are talking about offering an education that actually reaches the students and raises their academic performance, it is necessary to align the available resources so that they reach the target audience to make it more effective. The study begins in a school unit, identifying its strengths and weaknesses in order to draw leading educational activities for the School Reinforcement Project to achieve its goals. The work was divided in three chapters. The first one presents the educational setting of the State of the Rio de Janeiro, the profile of the student of the secondary education, the proposal of the project School Reinforcement and the reality of the school unit studied, as well as the Region where is located. In the second chapter, we utilize two approaches: The first one consisted of analyze the teaching materials utilized in the classes of the project, in the groups of the 2^o year of the secondary education (3^o two-month period) and compare them with the abilities and competences of the Most minimum Curriculum of the same year of schooling and two-month period. Finally, we study the abilities that were charged ourselves articles of the Saerjinho, in the same period. In the second moment, was applied a questionnaire to the students, analyzed by the scale of Likert, with the purpose of ascertain the positioning of the students regarding the project. During the study carried out from the controlled facts, were utilized like theoretical yardstick the authors: Lino of Macedo (2007), Telma Weisz (2011), Celso Vasconcellos (1994/2002), Melchior (1998), Luckesi (2005) and Pierre Bourdieu, presented by Maria Alice Walnut and Cláudio Martins Walnut (2004). And, finally, in the third chapter was presented a plan of educational service with actions that are going to cure the critical situations identified.

Key words: SCHOOL SUPPORT - EDUCATIONAL MATERIAL - CONTINUING EDUCATION

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE – Colégio Estadual

CEAT – Colégio Estadual Almirante Tamandaré

CECIERJ – Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

DRPMI - Diretoria Regional Pedagógica Metropolitana I

FUNDAR - Fundação Darcy Ribeiro

ID – Índice de Desempenho

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDER - Índice de Desenvolvimento Escolar do Rio de Janeiro

IDERJ - Índice de Desenvolvimento Educacional do Rio de Janeiro

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IF – Índice de Fluxo Escolar

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

PNE – Programa Nova Escola

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP – Projeto Político Pedagógico

SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica

SUPAA – Superintendência de Avaliação e Acompanhamento

SAERJ - Sistema de Avaliação Externa do Rio de Janeiro

SEEDUC-RJ – Secretaria de Educação do Rio de Janeiro

SUGEN – Subsecretaria de Gestão de Ensino

UE – Unidade escolar

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –“Você acha válido assistir aulas do reforço no contra turno”?.....	51
Gráfico 2 - Tenho facilidade em aprender os conteúdos de Língua Portuguesa....	52
Gráfico 3 - Tenho facilidade em aprender os conteúdos de Matemática	52
Gráfico 4 - O projeto Reforço Escolar satisfaz minhas expectativas com o aprendizado	55
Gráfico 5 - As aulas do Projeto Reforço escolar melhoraram meu desempenho na disciplina Língua Portuguesa	56
Gráfico 6 - As aulas do Projeto Reforço escolar melhoraram meu desempenho na disciplina Matemática	57
Gráfico 7 - O material pedagógico utilizado no projeto Reforço Escolar oferece práticas pedagógicas dinâmicas	58
Gráfico 8 - A metodologia utilizada pelo professor nas aulas do Projeto Reforço Escolar é atrativa	59
Gráfico 9 - Os conteúdos abordados no Projeto Reforço Escolar são compatíveis com os das minhas aulas regulares	60

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Esquema das Aulas do projeto Reforço Escolar Matemática.....40
- Figura 2 – Esquema das Aulas do projeto Reforço Escolar Língua Portuguesa.....44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Plano de Ação da Unidade Escolar	29
Quadro 2 – Comparação entre as habilidades trabalhadas no material pedagógico e Currículo Mínimo no período correspondente em Matemática	41
Quadro 3 – Comparação entre as habilidades trabalhadas no material pedagógico e Currículo Mínimo no período correspondente em Língua Portuguesa	43
Quadro 4 – Perfil dos Respondentes	48
Quadro 5 - Revisão do Material Pedagógico utilizado no Projeto Reforço Escolar.	66
Quadro 6 – A formação dos professores do Projeto Reforço Escolar	70
Quadro 7 - O projeto Reforço Escolar e o Projeto Político Pedagógico (PPP)	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados da DRPMI	26
Tabela 2 – Resultados do CEAT	30

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1.0 PROJETO REFORÇO ESCOLAR E SEU CONTEXTO	15
1.1 Contextualização da Rede Estadual do Rio de Janeiro	15
1.1.1 As avaliações externas no Rio de Janeiro	17
1.1.2 Programa Sucesso Escolar	18
1.1.3 O Projeto Reforço Escolar como ferramenta do Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro	20
1.2 Diretoria Regional Metropolitana I (DRMI)	26
1.2.1 A unidade escolar CE Almirante Tamandaré	28
2. ANÁLISE DO PROJETO REFORÇO ESCOLAR NO COLÉGIO ESTADUAL ALMIRANTE TAMANDARÉ	36
2.1 Análise dos dados apresentados no material pedagógico	38
2.2 Procedimentos Metodológicos	48
2.2.1 Perfil dos Respondentes	48
2.2.2 Análise do questionário aplicado aos alunos	49
3. PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA O PROJETO REFORÇO ESCOLAR	62
3.1 Revisão do Material Pedagógico utilizado no Projeto Reforço Escolar	63
3.1.1 Objetivos	64
3.1.2 Justificativa	64
3.1.3 Desenvolvimento da ação	65
3.1.4 Prazo	65
3.1.5 Custo	66
3.2 A formação dos professores do Projeto Reforço Escolar	67
3.2.1 Objetivos	68
3.2.2 Justificativa	68
3.2.3 Desenvolvimento da ação	68
3.2.4 Prazo	69
3.2.5 Custo	69
3.3 O projeto Reforço Escolar e o Projeto Político Pedagógico	

(PPP)	70
3.3.1 Objetivos	71
3.3.2 Justificativa	71
3.3.3 Desenvolvimento da ação	71
3.3.4 Prazo	72
3.3.5 Custo	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
ANEXOS	78

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva avaliar o processo de implementação, no ano de 2012, do Projeto Reforço Escolar, no Ensino Médio, em uma escola estadual do município de Japeri para solucionar a seguinte questão: quais estratégias devem ser adotadas para ampliar a adesão dos alunos ao projeto. A escolha de tal escola se deu por ela ter uma amostra significativa de alunos com baixo desempenho na avaliação externa aplicada, desde o ano de 2011, nas escolas estaduais do Rio de Janeiro, que será detalhada no primeiro capítulo. A partir dos dados coletados, pretende-se traçar um Plano de Ação Educacional que proponha medidas que promovam a efetiva participação dos alunos nas aulas do projeto.

O projeto Reforço Escolar foi implementado pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro para dar direito ao aluno à recuperação das habilidades e competências não adquiridas no período regular das aulas; habilidades e competências estas verificadas a partir da avaliação externa realizada no Estado, o Saerjinho – que tem por objetivo fornecer um diagnóstico do aluno para o professor melhorar sua prática pedagógica. Esta questão é garantida ao aluno pelo “Art. 12. Inciso V- meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento” (LDB 9394/96) ¹. Existe um processo tramitando na SEEDUC-RJ, que norteia o Projeto Reforço Escolar / Fundação CECIERJ, cuja identificação é: Ano 2012 - Nº do processo E-03/1079/2012. Mas como são documentos que fazem parte do acervo do órgão central (SEEDUC-RJ) a divulgação não é autorizada, a presente pesquisa é pautada nos dados disponíveis no site oficial da Secretaria de Educação e no Manual do Projeto formulado pela SEEDUC-RJ.

A averiguação desta implementação foi realizada pela coordenadora de ensino da Diretoria Regional Metropolitana I. A Coordenação de Ensino está diretamente relacionada à Superintendência Pedagógica e à Coordenação do Ensino Médio que gerenciam vários programas e projetos nas unidades escolares, dentre eles o Reforço Escolar. O coordenador de ensino de cada regional deve acompanhar todo o processo de implantação do Projeto Reforço Escolar nas unidades selecionadas, dar suporte à direção das escolas e aos professores a fim de sanar todas as suas dúvidas e fazer a mediação da escola com o órgão central,

¹BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 **Lex:** Leis de Diretrizes e Bases da educação Brasileira (LDB), Brasília, 1996.

buscando minimizar as dificuldades surgidas no processo. Para o entendimento de todo o processo de implementação, faz-se necessária à descrição do Projeto Reforço Escolar e, para isto, realizou-se uma busca por referenciais teóricos que abordassem o tema.

No primeiro capítulo desta dissertação, foi apresentada a descrição sucinta do contexto educacional no Rio de Janeiro e a realidade do Ensino Médio no Estado. Relato a experiência anterior ao Projeto Reforço Escolar, chamada Programa Sucesso Escolar, destacando suas fraquezas e justificando sua substituição pelo presente projeto.

O capítulo 2 expõe um estudo referente a um recorte do material utilizado pelos alunos no 3º bimestre do segundo ano e seu desempenho² na avaliação Saerjinho, no mesmo período. E aborda a análise do resultado apresentado pela pesquisa de campo, de cunho avaliativo, realizada por meio de questionário fechado aplicado aos alunos que em 2013 cursavam o terceiro ano do Ensino Médio. Dos 108 alunos matriculados, 96 participaram do estudo. Este questionário foi elaborado com dez questões afirmativas nas quais os alunos deveriam dizer, na escala de Likert,³ desde discordo totalmente até concordo totalmente.

No capítulo três, trago uma proposta de intervenção a partir do Plano de Atendimento Educacional, com ações que almejam propor prováveis soluções para as dificuldades encontradas na implementação do Projeto Reforço Escolar durante a exposição deste estudo.

² Disponível no link: <http://www.saerjinho.caedufjf.net/diagnostica/>

³ Método utilizado para construção de uma escala de atitudes.

1. O PROJETO REFORÇO ESCOLAR E SEU CONTEXTO

Neste capítulo abordo o momento histórico anterior à implementação do Projeto Reforço Escolar, ocorrida no ano de 2012, contextualizando a rede estadual de educação no que se refere ao Programa Sucesso Escolar. Também descrevo o ponto do plano estratégico da atual Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro que diz respeito ao Projeto Reforço Escolar, desenhando um perfil do Ensino Médio das escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro. Após traçar o cenário político iniciam-se os estudos referentes ao Projeto Reforço Escolar, pontuando-se o histórico de sua implementação. O capítulo é finalizado com o estudo da escola, o município em que está inserida a Diretoria Regional da qual ela faz parte e a visão dos atores envolvidos na implementação e elaboração do Projeto Reforço Escolar.

1.1 Contextualização da Rede Estadual do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro vem, desde o ano de 2000, apresentando queda em sua taxa de aprovação no Ensino Médio - que era de 66,7 % em 2000 caindo ao longo dos anos até chegar em 2011 com 59,4 %. Conseqüentemente, houve um aumento na taxa de reprovação, que era de 13,6 % em 2000 chegando a 26 % em 2011⁴.

De 2000 até 2011, o estado teve uma queda na taxa de aprovação de 7,3 pontos percentuais, de acordo com os dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). Já com relação à taxa de reprovação, seu aumento foi mais expressivo, com o acréscimo de 12,6 pontos percentuais de 2000 a 2011⁵. A preocupação com a queda da taxa de aprovação resultou em políticas públicas que buscavam melhorar o desempenho acadêmico do aluno, relacionando a isto a formação continuada do professor.

⁴Dados disponíveis em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/indice/flanali.asp?codpal=21&pal=EDUCA%C7%C3O>>. Acesso em 20 de julho de 2013.

⁵ Idem ao 4.

O Estado do Rio Janeiro, em 2011, apresentou uma matrícula inicial de alunos do Ensino Médio de 609.680⁶ mil, sendo que a Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro atendeu 407.889⁷ mil alunos, enquanto os 201.791 mil restantes estavam nas redes federal, municipal e privada. Um dado importante é que, segundo o Censo Escolar (Inep) ⁸, 52% dos alunos da Rede Estadual estão em distorção idade-série. O dado reflete a realidade nacional quando diz respeito ao Ensino Médio. O Censo Escolar de 2011 apontou uma taxa de reprovação de 13,1%%, enquanto a do estado chegou a 26%, de acordo com os dados do INEP.

Já com relação ao IDEB, o Rio de Janeiro apresentou uma melhora significativa neste segmento do ensino, saindo da 26ª posição em 2009 para a 15ª em 2011. De acordo com os dados do portal do IDEB,⁹ mesmo com esta evolução no resultado, em 2011, a cada 100 alunos 27 foram reprovados.

Isto pode ser um indício do reflexo da cultura da reprovação existente nas escolas que ainda mantém uma visão pedagógica tradicional. Moll (2012) ¹⁰ defendem a ideia de que não adianta apenas criar políticas para combater a reprovação, mas sim estimular a aprendizagem de fato dos alunos. Para que isto ocorra de fato é importante intensificar a recuperação dos conteúdos aplicados e não apenas das notas dos alunos.

O alto índice de distorção idade-série citado no primeiro parágrafo reforça o impacto negativo do quantitativo elevado de alunos retidos, principalmente na primeira série do Ensino Médio, de acordo com dados da Superintendência de Gestão da Rede do Estado. E uma ação tomada pela SEEDUC-RJ para buscar a queda da taxa de reprovação e aumentar o desempenho acadêmico dos alunos foi a implementação do Projeto Reforço Escolar, que tem seu público-alvo nos alunos com baixo desempenho nas avaliações externas do estado – descrevo tais avaliações, de maneira breve, no tópico a seguir.

⁶ MATRÍCULA. Disponível em: < <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/rio-de-janeiro/>>. Acesso em 05/20/2014.

⁷ Dados fornecidos pela Superintendência de Planejamento e Interação de Redes

⁸ Inep. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em 05/02/2014.

⁹ Fonte: <http://www.portalideb.com.br/estado/119-rio-de-janeiro/ideb?etapa=EM&rede=estadual>

¹⁰ ENSINO MÉDIO REPROVADO. Disponível em: < <http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/28/ensino-medio-reprovado-267452-1.asp>>. Acesso em 22 de julho de 2013.

1.1.1 As avaliações externas no Rio de Janeiro

O Programa Nova Escola (PNE) ¹¹foi utilizado no Rio de Janeiro para medir o desempenho dos alunos e adotava a mesma escala de proficiência do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), assim como seu sucessor, o Saerj (Sistema de Avaliação Externa do Rio de Janeiro), que substituiu o PNE. O PNE passou por várias reformulações e podemos dizer que foi um ensaio para o que vivenciamos atualmente no campo das avaliações externas no Estado do Rio de Janeiro.

O Saerj é uma avaliação externa censitária, aplicada anualmente e em larga escala, do desempenho dos alunos que produz um diagnóstico da realidade educacional do Estado, com consequentes desdobramentos regionais e por unidades escolares. Tal avaliação permite ao Governo Estadual a formulação, monitoramento e reformulação das Políticas Públicas Educacionais. É aplicada aos alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio Integrado e Curso Normal e módulo IV do Programa Autonomia.

Em 2009, o Estado do Rio de Janeiro foi o vigésimo sexto colocado no SAEB de acordo com o INEP. A partir daí o governo traçou metas a fim de desenvolver o desempenho acadêmico dos alunos. Outra medida adotada pela SEEDUC-RJ foi o início, em abril de 2011, do Saerjinho, um sistema de avaliação externa bimestral do processo de ensino-aprendizagem nas escolas. É uma avaliação diagnóstica que possibilita à SEEDUC e aos professores tomar conhecimento, com maior rapidez, do nível de aprendizado dos alunos e em que áreas eles têm mais dificuldades, para que possam planejar ações corretivas imediatas e alcançar as metas estabelecidas para cada unidade escolar.

O Saerjinho pretende mensurar o nível de aprendizado dos estudantes, onde ocorrem as maiores dificuldades, dando oportunidade para a SEEDUC analisar estes dados e mostrar aos professores onde devem acontecer as intervenções e mudanças nos planejamentos. Dessa forma, é possível estabelecer medidas de correção para auxiliar as unidades escolares no alcance das metas propostas pela SEEDUC para cada escola. É uma avaliação externa, em larga escala, aplicada nos

¹¹ Avaliação em larga escala.

três primeiros bimestres de cada ano letivo. De acordo com a SEEDUC-RJ: “A partir do resultado do Saerjinho são realizadas ações como: Reforço Escolar, Formação Continuada, Material Pedagógico específico, entre outras”¹². Entre essas medidas, a partir dos resultados apresentados no SAERJ, pode-se endossar a elaboração do projeto Reforço Escolar, que é mais bem explicado no próximo tópico.

O ponto que marca a relação entre a avaliação externa (Saerjinho) e o Projeto Reforço Escolar é que, a partir das habilidades apontadas como menos compreendidas pelos alunos, é elaborado o material a ser utilizado nas aulas. . E para esclarecer a origem do projeto, passaremos no próximo subtítulo a tratar do antecessor do Reforço Escolar.

1.1.2 Programa Sucesso Escolar

Em janeiro de 2000, foi implementado no Estado do Rio de Janeiro o Programa Nova Escola (PNE). Este programa tinha por objetivo avaliar as escolas em três pontos: gestão, desempenho e eficácia escolar. A partir desta avaliação, o governo teria parâmetros para a criação de políticas públicas que melhorassem os índices educacionais do Rio de Janeiro.

O desempenho escolar dos alunos das escolas estaduais do Rio de Janeiro, já nesta época, era medido por uma prova que aferia as competências e habilidades dos alunos. A eficácia escolar era verificada pela aprovação, reprovação e abandono. Essas taxas de rendimento apontam o Índice de Fluxo Escolar e a gestão era avaliada pela realização, nos prazos estabelecidos pelo programa, da entrega dos resultados obtidos na escola, conforme afirma Costa¹³ (2008, p. 1). Tanto o desempenho quanto o fluxo escolar eram considerados, a fim de desenvolver projetos e programas que auxiliassem as escolas a realizar o processo ensino-aprendizagem de maneira eficaz.

Para além de avaliar o desempenho acadêmico dos alunos, o PNE era utilizado para nortear as políticas que aspiravam melhorar a qualidade do ensino ofertado. Por este motivo, para dar suporte às escolas com baixo desempenho a

¹²SEEDUC-RJ. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=505924>>. Acesso em 09/09/2013.

¹³PROGRAMA NOVA ESCOLA: UMA ANÁLISE DE SEUS IMPACTOS CURRICULARES Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/DC42.pdf>>. Acesso em 21 de julho de 2013.

SEE criou, em 2004, o Programa Sucesso Escolar, antecessor do Projeto Reforço Escolar existente hoje. O Sucesso Escolar foi implementado em parceria com a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR). De acordo com Mendonça (2006, p. 134): “os pilares do Programa são a formação continuada do professor, reestruturação curricular e aulas extras de reforço escolar de Língua Portuguesa e Matemática para os alunos”.

Mendonça (2006, p. 136) afirma que, no primeiro ano de implementação, o Sucesso Escolar acontecia aos sábados e este fato fez com que muitos alunos não frequentassem as aulas. Foi por este motivo que, em 2005, as aulas passaram a acontecer no contra turno. Ainda segundo Mendonça (2008, p. 137):

Outra alteração que dinamizou ainda mais o **Sucesso Escolar** foi ter focado as aulas de reforço no conteúdo sobre o qual o aluno tinha dúvida, poupando seu tempo para se dedicar a outros pontos da matéria. Em 2004, o que ocorria era que o estudante com dificuldade em um determinado ponto específico acabava por assistir a todas as aulas de reforço. Com essas alterações no programa, o aluno pode ser encaminhado à recuperação mais de uma vez, sempre que sentir dificuldades. Para permitir essa mobilidade, foi criada uma ficha para o aluno. A cada vez que é encaminhado ao programa, ele recebe do seu professor a ficha, contendo informações sobre as dificuldades dele em um determinado assunto. Essa providência, na realidade, é uma espécie de compromisso, pois ele deve entregar o documento assinado ao professor, assim que retorna da aula de reforço.

Conforme a descrição de Mendonça (2008) existia uma preocupação em atender a um maior número de alunos em sistema de rodízio, porque o estudante podia frequentar as aulas sempre que sentisse dificuldade em um determinado conteúdo. O professor listava as dificuldades e o monitor devolvia a ficha com os avanços do aluno. Outro ponto discutido no Sucesso Escolar foi o currículo ministrado. Tal discussão acabou apontando para a necessidade de reformulá-lo.

A atualização do currículo surgiu, em 2005, a partir de uma parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro dentro do Programa Sucesso Escolar, que buscava uma melhor adequação entre a teoria e a prática. Esta nova proposta de currículo era elaborada por professores da rede que passavam por oficinas de formação continuada, visando à escrita da proposta de Reorientação Curricular para todas as áreas de conhecimento.

O Programa Sucesso Escolar tinha também questões a serem melhoradas, porque os professores que trabalhavam nele não tinham uma formação específica

para o material utilizado e não havia o acompanhamento semanal por parte do órgão central. Na verdade, as visitas tinham cunho de fiscalização e não pretendiam, em muitos casos, levar assistência para escola e para o professor. Professores e diretores não aceitavam fazer parte do Programa, alegando ter uma boa proficiência apresentada pelos alunos na avaliação do PNE, além de não abrirem mão da cultura da reprovação. Maggie (2006, p.23) afirma que:

O Programa Sucesso Escolar parece não ter conseguido romper essa lógica. As aulas reproduziam aulas regulares e os alunos continuaram a ser avaliados a partir desses mesmos parâmetros. Como uma espécie de liquidificador que ao triturar retira as propriedades físicas dos alimentos, a escola tritura os programas implantados dando a eles uma feição que está sempre voltada para reforçar o mito de que “eles não têm jeito” de que eles “não querem nada”. O Sucesso Escolar foi mais um dado que parece ter comprovado a regra.

A dinâmica empregada no Programa Sucesso Escolar não obteve o resultado esperado, uma vez que na realidade era uma continuidade da metodologia aplicada em sala de aula, conforme afirmou Maggie (2006). As aulas eram ministradas por monitores que, em sua maioria, ainda não haviam concluído o ensino superior e não recebiam capacitação para atuar com práticas pedagógicas diversificadas. A partir destas considerações, o presente trabalho passa a descrever o Projeto Reforço Escolar, seu foco principal de estudo.

1.1.3 O Projeto Reforço Escolar como ferramenta do Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro

A meta estabelecida, em 2011, pelo plano estratégico da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro é universalizar o ensino levando o estado a estar entre os melhores do Brasil em relação ao desempenho apresentado por seus alunos, desempenho este medido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Este desafio foi lançado pelo Governador do Estado em seu discurso de

posse em 2011 e está registrado no livro lançado em 2012 com o Plano Estratégico do Governo do Rio de Janeiro de 2012 a 2031¹⁴.

Desde o ano de 2011, a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) colocou em prática um Plano Estratégico de Governo e, dentre as ações deste documento, foi apresentado o Projeto Reforço Escolar em parceria com a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cecierj).

O Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro está em consonância com o que vem sendo planejado no país e - almejando atender a meta 3 do Plano Decenal de Educação 2011-2020 que é “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%, nesta faixa etária”¹⁵. A SEEDUC-RJ, observando a estratégia 3.2 do mesmo plano, “que se dispõe a fornecer acompanhamento individualizado ao estudante com rendimento escolar defasado (...) de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar (...)”¹⁶, instituiu o Projeto Reforço Escolar/Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ).

O Projeto estudado tem como objetivo estratégico aperfeiçoar a qualidade da educação ofertada pelo estado, promovendo ações, informações e indicações adicionais que passam a ser um conjunto de situações-meio para que a escola cumpra sua atividade-fim, que é o processo ensino-aprendizagem, proporcionando conhecimentos básicos aos alunos conforme o descrito abaixo:

A SEEDUC em parceria com a Fundação CECIERJ visando priorizar ações qualitativas na educação, tendo como foco as necessidades de Letramento em Leitura e Escrita e Letramento Matemático para os alunos da 1ª e 2ª séries do Ensino Médio Regular das escolas que apresentaram padrões de desempenho baixo e intermediário nas avaliações diagnósticas realizadas pela Secretaria de Estado de Educação em 2011.¹⁷

¹⁴PLANO ESTRATÉGICO. Disponível em: <<http://download.rj.gov.br/documentos/10112/179269/DLFE-50346.pdf/PlanoEstrategico20122031.pdf>>. Acesso em: 21 de julho de 2013.

¹⁵ANPEd. Por um *Plano Nacional de Educação (2011-2020)* como política de. Estado. Rio de Janeiro: ANPED, 2011.

¹⁶ANPEd. Por um *Plano Nacional de Educação (2011-2020)* como política de. Estado. Rio de Janeiro: ANPED, 2011.

¹⁷Projeto Reforço Escolar 2012 Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=909407>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

A Secretaria de Educação acredita que para elevar o desempenho acadêmico dos alunos é importante focar na aprendizagem e principalmente oferecer a estes um atendimento em grupos menores para que suas dificuldades apresentadas durante o horário normal da aula possam ser sanadas. Mas sabemos que essa não é uma missão fácil, porque apesar de ser oferecido ao aluno material pedagógico preparado com base no Currículo Mínimo do estado, com atividades dinâmicas e professores capacitados para ministrar as aulas, é preciso que o educando faça a adesão ao projeto e participe efetivamente das aulas. É de fundamental importância também que este material atenda as necessidades reais do aluno, que muitas vezes não desenvolve determinada habilidade por não ter as competências anteriores necessárias ao seu crescimento.

O reforço escolar é uma ferramenta que auxilia no processo ensino-aprendizagem como afirma Vasconcellos (2002, p. 109):

A fundamentação epistemológica da recuperação está no reconhecimento de que o conhecimento no sujeito não se dá de uma vez (“de primeira”) e só ouvindo, mas por aproximações sucessivas e num processo ativo, de interação (com o objeto, com os outros sujeitos e com a realidade); assim, aquilo que eventualmente o aluno não captou numa abordagem inicial do conteúdo, poderá fazê-lo numa outra; há necessidade, simultaneamente, de novas iniciativas e de um tempo de espera: é o respeito ao ser em desenvolvimento.¹⁸

O que Vasconcellos defende é um direito garantido pelo aluno a partir do Artigo 24 da LDB 9394/96: “Nos termos da lei, a verificação do rendimento escolar deve ser contínua e cumulativa, e a recuperação deve dar-se, de preferência, paralelamente ao período letivo”. Desta forma, é preciso levar em consideração o tempo de aprendizado do aluno e fornecer a este, meios para alcance da proficiência esperada para o período de estudo.

Desta forma, fica explícito que a implementação do Projeto Reforço Escolar tem como princípio garantir o aprendizado ao aluno e trabalhar as habilidades não desenvolvidas no período regular de estudo. Mas não necessariamente isso acontecerá na prática, pois, segundo Bourdieu (1998, p.74), “O rendimento escolar da ação escolar depende do capital cultural previamente investido pela família”. Ou seja, as vivências do aluno no ambiente familiar também exercerão influência sobre

¹⁸ VASCONCELLOS, C. S. *Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança – por uma práxis transformadora*. São Paulo: Libertad, 2002.

seu universo escolar. Observando a parte prática da implementação, houve inicialmente, conforme a SEEDUC-RJ, uma prévia seleção dos alunos pelo Sistema Conexão Educação para obter o nome e o ano de escolaridade daqueles com desempenho baixo e intermediário. Com estes dados em mãos, a parceria foi firmada com a Fundação CECIERJ¹⁹.

Foram selecionadas 49 escolas da Diretoria Regional Metropolitana I para participar desta nova proposta de reforço escolar, na qual os alunos estudam no contra turno com material pedagógico próprio e têm aulas com professores que participam de formação continuada sobre a metodologia com tutores da Fundação CECIERJ, de acordo com o exposto no site da SEEDUC-RJ.²⁰

Os parâmetros utilizados para seleção dos alunos, portanto, foram: estar matriculados em unidades escolares que possuam turmas do projeto Reforço Escolar, ter o seu desempenho no Saerjinho entre baixo e intermediário e ter disponibilidade de assistir às aulas no contra turno por duas horas semanais. Já os professores foram selecionados de acordo com sua disponibilidade, tendo como um dos pré-requisitos ser professor estatutário, ou seja, professor efetivo com matrícula pertencente à Secretaria de Educação do Rio de Janeiro. De acordo com o site oficial da SEEDUC-RJ, os critérios de elegibilidade do professor para atuar no projeto Reforço Escolar são:

- Podem se inscrever para o Projeto Reforço Escolar
- Os professores de Língua Portuguesa e Matemática na Rede Estadual de Educação;
 - Os professores excedentes de Língua Portuguesa e Matemática da Rede Estadual de Ensino;
 - Os professores excedentes, habilitados em Língua Portuguesa e matemática. Os professores (que ainda não foram habilitados no Sistema Conexão Educação) deverão comparecer à Regional munido da documentação necessária, para que a Inspeção Escolar o habilite em Língua Portuguesa e matemática, após verificação da documentação;
 - Os professores excedentes de disciplinas de ingresso que NÃO apresentam carência no Município de Lotação, de acordo com o parecer da Coordenação de Gestão de Pessoas da Regional;
 - Os professores de Língua Portuguesa e Matemática na Rede Estadual de Educação.²¹

¹⁹Projeto Reforço Escolar 2012Disponível em:<
<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=909407>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

²⁰Projeto Reforço Escolar 2012Disponível em:<
<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=909407>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

²¹REFORÇO ESCOLAR. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=909407>>. Acesso em: 01 de Nov. de 2013.

Todos esses critérios na seleção dos professores eram para garantir em primeiro lugar que estas aulas fossem ministradas por profissionais preparados para atuar nas disciplinas do projeto e para resguardar que as disciplinas no horário de aula regular não ficassem com carência de professor.

Os diretores de escola tinham um papel importante nesta implementação, visto que de acordo com o site da SEEDUC-RJ eram de sua responsabilidade divulgar o projeto na unidade escolar para professores e alunos, selecionar os alunos que fariam parte das turmas, indicar os professores para habilitação e ampliação de carga horária feita pelo coordenador de ensino, e alocação no quadro de horário no sistema conexão educação, feita pelo diretor após a liberação do coordenador de gestão de pessoas, assim como sensibilizar os alunos para efetiva participação nas aulas.

As turmas foram criadas no sistema conexão nas escolas selecionadas seguindo o critério exposto no site da SEEDUC-RJ:

Quanto à alocação das aulas, acontecerá da seguinte forma:
1ª série – 04 tempos de aulas (02 tempos para cada disciplina) no contra turno em dois dias semanais.
2ª série – 04 tempos de aula semanais (02 tempos dentro do horário da turma para uma disciplina e 02 tempos no contra turno para a outra disciplina). A escolha da disciplina ficará a cargo da Direção ou disponibilidade do professor.

A distribuição das turmas do projeto reforço escolar ocorreu desta forma porque a matriz do primeiro ano do Ensino Médio é fechada, com 30 tempos de aulas semanais, o que não permitia que os alunos estudassem no projeto no mesmo turno. Já no segundo ano do Ensino Médio, houve esta possibilidade em uma turma, por sua matriz curricular ter, em 2012, 28 tempos de aula.

O projeto Reforço Escolar atua em três frentes interligadas: o material didático elaborado especificamente para atender as necessidades dos alunos com baixo desempenho nas avaliações externas, com dinâmicas de Língua Portuguesa e Matemática e com duração prevista para os cem minutos de aulas semanais de cada disciplina, formação de professores para utilização da metodologia do projeto, e a estrutura organizada para acompanhamento da implementação, conforme

exposto no manual do projeto disponível no site da SEEDUC-RJ. Ainda segundo este manual:

O conteúdo foi construído a partir das habilidades apontadas como não desenvolvidas ou em desenvolvimento, segundo os resultados das avaliações diagnósticas da SEEDUC, referentes às séries contempladas para o programa. Tomamos como norteadores os conteúdos do Currículo Mínimo, seguindo sua temporalidade, e buscamos as habilidades avaliadas pelo SAERJINHO e as avaliações que constituem pré-requisitos para esses conteúdos.

A equipe de elaboração das dinâmicas do projeto Reforço Escolar é composta por professores da Rede Estadual ou universitários que atuam como bolsistas na Fundação CECIERJ. Este material é elaborado pela fundação, impresso pela Imprensa Oficial do Estado e entregue nas Diretorias Regionais para distribuição para as unidades escolares participantes do projeto. Existem dois cadernos, o do aluno, que segue o fluxo descrito acima, e o do professor, que é entregue na formação e conta com as orientações para o docente aplicar o material em sala de aula.

A formação oferecida pelo projeto Reforço Escolar ocorre de forma presencial e à distância. A cada encontro mensal, ocorrido aos sábados, os professores permanecem durante oito horas, recebendo instruções dos tutores bolsistas da Fundação CECIERJ e dão continuidade deste encontro por meio da plataforma. Nos fóruns, os professores são convidados a descrever como aconteceu a aplicação das dinâmicas com seus alunos, promovendo desta forma a troca de experiências.

Um ponto que não podemos deixar de colocar é que nem sempre o projeto idealizado, mesmo cercado de cuidados para que atinja o seu objetivo, consegue atingi-lo na totalidade, porque existe resistência por parte dos alunos em aderir ao Reforço Escolar e a frequentar suas aulas.

Finalizo aqui o relato referente ao projeto Reforço Escolar e passo para o próximo ponto, descrevendo a realidade da Diretoria Regional Metropolitana I que está inserida na estrutura da Secretaria de Educação. Essas diretorias fazem a mediação entre o órgão central e a escola, a fim de acompanhar mais de perto a implementação de seus projetos e programas. Como o foco do meu estudo é uma escola que pertence à Diretoria Regional onde atuo, passo a partir do próximo tópico a detalhar sua estrutura e funcionamento.

1.2 A Diretoria Regional Pedagógica Metropolitana I (DRPMI)

No ano de 2012, o resultado do nível de proficiência desta regional em Língua Portuguesa no terceiro ano foi de 257,9, ficando no padrão de desempenho intermediário, mas houve uma queda deste índice em relação a 2011, quando o resultado foi de 260,1. Embora continue no mesmo padrão intermediário de desempenho, a regional teve uma queda de 0,8%, ou seja, retrocedeu em relação a 2011. Já na disciplina Matemática, a queda foi um pouco maior, passando de 263,2 em 2011 para 259,6 em 2012 – retrocedendo, portanto, em 1,3% e mantendo-se no padrão de desempenho baixo. É importante ressaltar que o projeto Reforço Escolar foi implementado no ano de 2012 nesta regional apenas nas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Médio. O foco da presente pesquisa está no segundo ano do Ensino Médio para estudar o impacto do projeto na melhoria do aprendizado dos alunos. O exposto pode ser melhor analisado na tabela 1:

Tabela 1 – Resultados da DRPMI

PROFICIÊNCIA	2011- PADRÃO ²² DE DESEMPENHO	2012 - PADRÃO DE DESEMPENHO	PERCENTUAL
LÍNGUA PORTUGUESA	260,1- INTERMEDIÁRIO	257,9 - INTERMEDIÁRIO	-0,8%
MATEMÁTICA	263,2 - BAIXO	259,6 - BAIXO	-1,3%

Fonte: Elaboração própria com dados da SEEDUC-RJ.

A Diretoria Regional Pedagógica Metropolitana I tem a seguinte estrutura organizacional: uma Diretora Regional Pedagógica e três coordenadoras: Ensino, Avaliação e Acompanhamento Escolar e Gestão e Integração das Redes. Seis articuladoras de Projetos e Programas, uma articuladora do Programa Autonomia, uma RAF que acompanha a infrequência escolar, quatro membros de equipe, sete agentes executivos e três técnicos de informática.

²²PADRÃO DE DESEMPENHO. Os padrões de desempenho estudantil são balizadores dos diferentes graus de realização educacional alcançados pela escola. Por meio deles é possível analisar a distância de aprendizagem entre o percentual de estudantes que se encontra nos níveis mais altos de desempenho e aqueles que estão nos níveis mais baixos. Sendo eles, baixo, intermediário, adequado e avançado. O que se espera é que o maior número de alunos, ao final de cada modalidade, esteja no padrão de desempenho adequado. Disponível em: <<http://www.spaece.caedufjf.net/resultados/padroes-de-desempenho/>>. Acesso em 04 de Abril de 2014.

Esta Diretoria Regional abrange os municípios de Japeri, Queimados e Nova Iguaçu. Conta atualmente com 87 unidades escolares que possuem o segmento Ensino Médio. Todas as escolas do município de Japeri ofertam o Ensino Médio, sendo que uma delas tem o Curso Normal, uma o Programa Ensino Médio Inovador e o CE Almirante Tamandaré, que oferta em sistemas concomitantes e subsequentes o curso técnico em administração e o curso técnico em contabilidade.

O público-alvo para atendimento nas turmas do Projeto Reforço Escolar são os alunos da 1ª e 2ª séries do Ensino Médio diurno das 439 Unidades Escolares com desempenhos baixo e intermediário, de acordo com as Avaliações Diagnósticas do SAERJINHO 2011. Na DRPMI foram selecionadas 49 escolas, sendo que destas cinco estavam localizadas no município de Japeri.

Com o intuito de observar a implementação do Projeto Reforço Escolar, inicio com informações referentes ao município no qual está localizada a unidade escolar a ser estudada. Japeri é um município atendido pela DRPMI com IDH 0,724 (RJ: 78º) médio de acordo com dados do PNUD/2000²³.

Por conta desse baixo IDH, muitos são os projetos e programas tanto no âmbito estadual quanto no federal que vêm auxiliar o município, tais como: Renda Melhor²⁴, Renda Melhor Jovem²⁵, Programa Mais Educação²⁶, Ensino Médio Inovador²⁷, entre outros.

Diante desta realidade apresentada, foi selecionada uma unidade escolar para aprofundar os estudos referentes ao projeto Reforço Escolar, que é descrita a seguir.

²³ IDH JAPERI. Disponível em: <Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2000). Página visitada em 11 de outubro de 2008.> Acesso em 08 de março de 2013.

²⁴ É parte integrante do Plano de Erradicação da Pobreza Extrema no Rio de Janeiro e tem como objetivo assistir com benefício financeiro as famílias que são integrantes do Programa Bolsa Família, do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.rendamelhor.rj.gov.br/>>. Acesso em: 23 de Nov. de 2013.

²⁵ O Renda Melhor Jovem é uma poupança-escola anual, destinada aos jovens integrantes de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, Renda Melhor e o Cartão Família Carioca, que sejam matriculados na Rede Regular de Ensino Médio Estadual até 18 anos incompletos. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=1381569>>. Acesso em: 23 de Nov. de 2013.

²⁶ Estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1115>. Acesso em: 23 de Nov. de 2013.

²⁷ Integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, como estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439>. Acesso em: 23 de Nov. de 2013.

1.2.1 A unidade escolar CE Almirante Tamandaré (CEAT)

No ano de 2011, a unidade escolar tinha cinco turmas do primeiro ano do Ensino Médio com um total de 153 alunos. Ao final do terceiro bimestre, foi realizada uma grande ação da SEEDUC-RJ com objetivo de orientar as unidades escolares a realizarem ações corretivas a fim de melhorar o fluxo das escolas.

Conforme o manual com orientações para a realização do Pré Conselho²⁸ de 2011:

A finalidade do Conselho Preventivo, após análise dos resultados pedagógicos, é a de intervir em tempo hábil no processo ensino-aprendizagem, oportunizando ao aluno formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares estabelecidos tendo, conseqüentemente, impacto nos seus resultados do bimestre e ano letivo, evitando a reprovação. (...) Definir estratégias com base nas discussões e análises dos profissionais da educação para “recuperação” ainda no bimestre dos alunos que apresentaram baixo desempenho escolar (foco no aproveitamento do bimestre).

Naquele momento, foi identificada a necessidade de acompanhar mais de perto as unidades escolares, para que estas colocassem em prática ações que buscassem atender as dificuldades encontradas pelos alunos. Outro importante objetivo destas reuniões pedagógicas era reforçar nas unidades escolares a prática da recuperação paralela, prevista em 2011 na Portaria SEEDUC/SUGEN nº 174 de 26 de agosto de 2011:

Art. 5º- Os estudos de recuperação paralela são de obrigatório oferecimento sempre que o aluno apresentar dificuldades no processo de aprendizagem, durante cada bimestre, sendo registrada pelo professor no diário de classe ou outro instrumento indicado pela SEEDUC.

§ 2º- No processo de recuperação paralela da aprendizagem, a cada instrumento de avaliação utilizado, o aluno será reavaliado e, somente quando constatado seu progresso, deverá ocorrer à respectiva mudança do resultado.

Nesta ação, a SEEDUC tinha o papel de orientar a ação e acompanhar sua implementação, intervindo caso fosse necessário. A DRPMI, na figura das

²⁸ Manual elaborado pela SEEDUC-RJ em 2011.

coordenadoras pedagógicas, consolidava os dados enviados pelas escolas e organizava as reuniões que ocorreram nas 20 escolas selecionadas, entre elas o CEAT. Os critérios para escolha das escolas foram:

O Conselho Preventivo será aplicado, prioritariamente nas escolas que apresentam maior lacuna em relação ao resultado geral da Regional de aprovação. (...) Foram considerados também para essa priorização, os anos de ensino que apresentam os desempenhos mais baixos na rede estadual. No Ensino Fundamental II são: **6º e 7º ano** e no Ensino Médio são: **1º e 2º ano**.²⁹

Cada escola recebeu um arquivo que deveria ser preenchido e devolvido à DRPMI antes da reunião pedagógica, os dados solicitados no arquivo eram: nome do aluno, turma, série, somatório de notas até o terceiro bimestre, matéria e o professor deveria pontuar como o aluno era com relação à frequência, participação e disciplina, além de destacar os pontos positivos e negativos do aluno.

A Coordenadora de Ensino foi a responsável da regional designada para acompanhar esta escola e recebeu um arquivo com dados dos alunos possíveis reprovados em todas as disciplinas, mas neste estudo só houve destaque para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Com os professores de todas as disciplinas reunidos, os dados foram apresentados e discutidos quais as melhores ações que a escola poderia desenvolver para recuperar o conteúdo não aprendido por esses alunos, já que a recuperação paralela prevista pela Portaria nº 174 não foi aplicada devidamente³⁰. É possível detectar que 20,3% dos alunos em Matemática e 15% dos alunos em Língua Portuguesa encontravam-se nesta situação de possível reprovação. Ao final da reunião, ficou decidido que seriam implementadas duas ações descritas no quadro1:

Quadro 1 – Plano de Ação da Unidade Escolar

AÇÃO	RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	PROCEDIMENTO
------	-----------------------	--------------

²⁹ Manual elaborado pela SEEDUC-RJ em 2011.

³⁰ De acordo com dados da Superintendência da Gestão de Rede.

1. Implementar sistema de monitoria de alunos de melhor desempenho sobre os alunos de maiores dificuldades por disciplina.	COORDENADORA PEDAGÓGICA	1.1 Selecionando os alunos de melhor desempenho por disciplina 1.2 Formando dupla fixa entre alunos monitores e alunos de dificuldades durante todas as aulas subsequentes por disciplina 1.3 Auxiliando os alunos com dificuldades através do monitor 1.4 Avaliando os alunos da turma e verificando os avanços na aprendizagem durante as aulas 1.5 Premiando em até 2,0 pontos os monitores que conseguirem ajudar na elevação do desempenho do colega com dificuldade
2. Implementar exercícios de reforço de conteúdos do bimestre, após levantamento de alunos possíveis de reprovação por disciplina	COORDENADORA PEDAGÓGICA	1.1 Levantando alunos com possibilidades de reprovação por disciplina 1.2 Selecionando questões de conteúdos do bimestre para reforço por disciplina 1.3 Montando exercícios de reforço do bimestre por disciplina 1.4 Aplicando exercícios de reforço sobre conteúdos do bimestre por disciplina

Fonte: Arquivo entregue a DRPMI após a reunião.

As ações descritas no Quadro 1 tinham por objetivo oportunizar ao aluno a recuperação dos conteúdos não apreendidos até aquele momento. A unidade escolar, desta forma, buscou sanar as lacunas existentes no aprendizado dos alunos a fim de minimizar o impacto na taxa de reprovação.

Podemos considerar que esta ação trouxe melhorias para os resultados da unidade escolar, pois, ao final do Conselho de Classe Final, de acordo com os dados do sistema conexão, a unidade escolar teve 13,7% dos alunos do primeiro ano do Ensino Médio reprovados por nota em Matemática e 9,2 % dos alunos do primeiro ano do Ensino Médio reprovados por nota. Com uma queda considerável do número provável apresentado no terceiro bimestre, como podemos observar na tabela 2:

Tabela 2 – Resultados do CEAT

RESULTADOS 1º ANO DO EM MANHÃ	Colunas1	Colunas2	Colunas3
CEAT 2011	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	DIFERENÇA
	PROVÁVEIS REPROVADOS	REPROVADOS POR NOTA	
LÍNGUA PORTUGUESA	15%	9,2%	-5,8%

MATEMÁTICA	20,3%	13,7%	-6,6%
------------	-------	-------	-------

Fonte: SISTEMA CONEXÃO EDUCAÇÃO

Na tabela 2 podemos observar, a partir dos percentuais de reprovação final em Matemática e em Língua Portuguesa, um número elevado de alunos em defasagem de conteúdos e é este público que no ano seguinte, 2012, teve a oportunidade de participar das aulas do projeto Reforço Escolar.

Mas, apesar da aparente melhora no resultado apresentado pela unidade escolar, após as ações determinadas pelo conselho preventivo, o CEAT continuava apresentando um alto índice de alunos com desempenho baixo nas avaliações externas e, devido a este quadro, dando continuidade ao acompanhamento da unidade escolar pela SEEDUC, ocorreu a indicação da unidade escolar para a implementação do Projeto Reforço Escolar.³¹

A coordenação de ensino ficou responsável por repassar todas as informações para a direção da unidade, assim como por orientar a alocação dos professores nas turmas. Inicialmente, esta unidade teve implementada duas turmas de Língua Portuguesa, uma de primeiro ano do Ensino Médio e outra do segundo ano de Ensino Médio, e uma de primeiro ano do Ensino Médio de Matemática.

A turma do segundo ano foi selecionada para o estudo mais aprofundado, uma vez que os alunos já haviam sido estudados na ação realizada em 2011. A escolha dos professores foi difícil, já que esta unidade teve a turma otimizada pelo processo de terminalidade do curso técnico e, desta forma, os professores que estavam com carga horária livre³² foram alocados nas turmas do Projeto Reforço Escolar. Foi preciso todo um processo de convencimento para que estes concordassem em participar; a resistência foi grande, mas decidiram ficar para não ter que completar a carga horária em outra unidade escolar³³.

No ano de 2012, a unidade contava com uma coordenadora do projeto, professora que também se encontrava com carga horária livre e atuou dando suporte aos professores em sala de aula. Realizava ainda ações simples, como a retirada do material da regional para entregar aos professores, e era responsável,

³¹ Projeto Reforço Escolar 2012 Disponível em: <
<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=909407>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

³² Dados da Coordenação de Gestão de Pessoas da Diretoria Regional Metropolitana I.

³³ De acordo com a Coordenação de Ensino da Diretoria Regional Metropolitana I.

juntamente com a equipe diretiva, por selecionar os alunos que fariam parte do projeto e pela divulgação deste para os pais e a comunidade escolar.³⁴

Como foi possível perceber na listagem que consta nos arquivos da unidade escolar, inicialmente as turmas estavam fora do padrão determinado pela SEEDUC, (20 alunos), uma vez que a escola precisou de um tempo para se ajustar. A turma de segundo ano possuía uma relação com 50 alunos oriundos das cinco turmas do turno da manhã da escola. Ela funcionava todas as terças-feiras, no horário de 13h40min às 14h40min. Outro ponto que foi corrigido posteriormente, uma vez que o horário correto seria de dois tempos de 50 minutos. O acompanhamento das turmas no início da implementação foi precário, por não termos, na regional, membros que pudessem realizar visitas constantes às turmas do Projeto Reforço Escolar. Tais turmas eram acompanhadas por meio do retorno dos professores na capacitação e das diretoras e coordenadora do projeto nas reuniões que ocorreram na regional.

A unidade escolar em pauta encontra-se localizada numa região cujo panorama de desigualdade social e cultural deixa os jovens desprovidos de oportunidades, carentes de perspectivas de crescimento pessoal. Conforme coloca Arroyo (2012, p.5):

Sabem por que os nossos alunos não querem saber de nossas lições? Não porque não querem aprender. Não porque os professores não são bons. Não porque a lição não é maravilhosa. Sabem por quê? Porque quando se negam os direitos humanos mais elementares, o conhecimento perde o sentido.

Na busca por minimizar estes fatores externos, a equipe diretiva da unidade tem uma grande preocupação em atuar neste contexto desenvolvendo na escola projetos que melhorem as condições de futuro destes alunos.

Esta instituição de ensino foi selecionada como *locus* de estudo por ser uma escola que possibilitaria um melhor entendimento nas fases de implementação do Reforço Escolar, entre as nove unidades escolares de Japeri. A escola apresentou, em 2012, a proficiência em Língua Portuguesa dos alunos do 3º ano do Ensino Médio de 267,2. Mesmo estando no mesmo padrão de desempenho da regional (intermediário), notamos a elevação da proficiência. O mesmo ocorre em Matemática, pois o resultado apresentado pela escola foi 267,8, mantendo o padrão

³⁴De acordo com a Coordenação de Ensino da Diretoria Regional Metropolitana I.

de desempenho baixo. Conforme informações da Superintendência de Avaliação da SEEDUC-RJ,³⁵ o objetivo a ser alcançado é que a maioria dos alunos esteja no nível adequado na escala de proficiência ao concluir o Ensino Médio. Ainda existe muito trabalho a fazer com estes jovens, principalmente com relação ao ensino da Matemática, no qual a maioria encontra-se no nível baixo da escala de proficiência, ou seja, concluem a educação básica sabendo o mínimo da matriz de referência que é um recorte da matriz curricular.

Ao pesquisar o projeto político pedagógico da unidade escolar, destacamos as seguintes informações:

Atualmente o Colégio é administrado por duas diretoras que pautam como meta uma gestão democrática onde a escola seja um espaço no qual os alunos adquiram compreensão do seu mundo e de seu tempo, a escola incentiva aos jovens a pensar e refletir. São apoiados por professores comprometidos com o saber e o saber fazer. Os alunos são estimulados ainda ao desenvolvimento de competências e habilidades que os permitam intervir na sua realidade para transformá-la e torná-los cidadãos críticos. (PPP, 2012-2013)

Ainda neste documento destacamos:

O CEAT visa a uma proposta dentro de uma perspectiva democrática e participativa fundamentando-se em princípios éticos e morais de igualdade e qualidade, onde o importante será a liberdade de expressão num processo de formação contínua oferecendo suporte para uma visão sócio-interacionista da produção do conhecimento, capaz de levar o educando a se transformar num cidadão crítico e consciente dos seus deveres e direitos. (PPP, 2012-2013)

Desta forma, diante da realidade oferecida pelo município, a unidade escolar pretende mediar e facilitar a inclusão social oportunizando novas formas de autoconhecimento e buscando preparar o aluno para os desafios fora dos muros da escola.

O Colégio Estadual Almirante Tamandaré oferta as seguintes Modalidades de Ensino: Anos Finais do 2º Segmento do Ensino Fundamental em fase de terminalidade e Ensino Médio e Curso Técnico em Administração e Contabilidade também em processo de extinção, todas nos turnos da Manhã, Tarde e Noite. As turmas têm em média 35 alunos. A equipe diretiva é composta de uma diretora geral

³⁵ SEEDUC. Disponível em: <www.rj.gov.br/web/seeduc>. Acesso em 09/09/2013.

e uma adjunta, uma coordenadora pedagógica e uma secretária. Entre professores e funcionários, a escola possui, segundo fontes do censo 2011, 69 profissionais.

A escola é equipada com Datashow, impressora, DVD, 20 computadores para uso dos alunos e 17 para fins administrativos. O colégio tem 10 salas de aula, uma sala de direção, uma sala dos professores, uma secretaria, um laboratório de informática, uma biblioteca, uma sala de coordenação pedagógica e uma sala Multiarte.

Ao analisar o gráfico dos resultados alcançados pela escola no Índice de Desenvolvimento Educacional do Rio de Janeiro (IDERJ)³⁶, em 2011 e 2012 houve uma evolução, mesmo que em determinados momentos não tenham chegado à meta proposta.

Em 2011, a escola apresentou os seguintes resultados³⁷ a cada bimestre: 1,3 no 1º bimestre; 1,5 no 2º bimestre e 1,9 no 3º bimestre. Em 2012, os índices subiram e a escola obteve 2,4 no 1º bimestre, 2,3 no 2º bimestre e 2,4 no 3º bimestre. Os resultados vêm melhorando bimestre a bimestre, ano a ano, apesar da queda no 2º bimestre de 2012. Essa crescente ocorre tanto no resultado quanto nas metas propostas, o que leva a escola em alguns momentos a não conseguir alcançar todas as metas propostas. O acompanhamento dos resultados obtidos pelo Colégio Estadual Almirante Tamandaré nos aponta uma melhora, mas ainda existe um longo caminho pela frente, já que o desempenho da maioria dos alunos ainda está no nível intermediário na escala de proficiência de Língua Portuguesa e baixo na disciplina de Matemática.

No Colégio Estadual Almirante Tamandaré, os alunos do 2º. ano do Ensino Médio foram selecionados de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo projeto. Estudantes com desempenho baixo e intermediário foram convidados a aderir às classes de reforço, já que estas aulas não são obrigatórias. Os discentes interessados tiveram seus pais ou responsáveis convocados à unidade escolar para apresentação do projeto e explicação da ampliação de sua permanência na escola,

³⁶O IDERJ é o índice de qualidade escolar que almeja fornecer um diagnóstico da escola, em uma escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), calculado a partir da multiplicação do Indicador de Fluxo Escolar (IF) pelo Indicador de Desempenho (ID). O mesmo avalia a qualidade do aprendizado do ciclo escolar, bem como o tempo necessário para assimilar o conteúdo proposto. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=839010>>. Acesso em 20 de agosto de 2013.

³⁷Diretoria de Gestão Estratégica da Rede de Ensino – SEEDUC/RJ

mas, ao analisar os registros da unidade escolar, foi detectada uma baixa frequência nas aulas do projeto Reforço Escolar.

O que leva os estudantes a esta infrequência? As aulas no contra turno? A metodologia utilizada no projeto? O não reconhecimento da dificuldade de aprendizado nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática? O material pedagógico utilizado nas aulas?

Outro fator a ser considerado ao estudar as aulas do projeto ministradas nesta escola é a grande presença de jovens que vislumbram a possibilidade de acessar a universidade e prestar os exames do ENEM. É um ponto curioso, já que o público-alvo a ser atendido são os alunos com baixo desempenho, que necessitam atingir as proficiências necessárias para a conclusão do curso. Estamos, portanto, diante de outro problema nesta implementação: o público-alvo não está sendo alcançado. Desta forma, o problema que se destaca, no primeiro ano de implementação, é a baixa adesão ao projeto dos alunos com fraco desempenho.

No próximo capítulo será apresentada a análise dos resultados obtidos com a pesquisa de campo, a partir da aplicação do questionário, e a pesquisa realizada através do recorte de um período - o terceiro bimestre de 2012 - no material pedagógico, além dos dados do Saerjinho no mesmo período.

2. ANÁLISE DO PROJETO REFORÇO ESCOLAR NO COLÉGIO ESTADUAL ALMIRANTE TAMANDARÉ

A educação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 que em seu capítulo III, seção I, Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei Magma deixa claro que todo aluno tem o direito a aprender. Desta forma, não basta estar na escola, é preciso promover o ensino que leve o educando ao aprendizado de fato. Segundo Melchior (1998, p. 22):

A criança tem obrigação de vencer na vida, de dominar obstáculos e desvantagens, é dever da sociedade oferecer um sistema escolar que assegure o êxito de sua clientela. Observa-se, no entanto, que a escola não está ensinando o aluno a conseguir e manter uma identidade de sucesso.

Considerando a posição da autora, ressaltamos a importância de o estado se ocupar com um Sistema de Ensino eficaz que proporcione ao alunado aprender de forma contextualizada e integrada. Em 1990, a Lei 8069, conhecida como o Estatuto de Criança e do Adolescente, reafirma o que estava previsto na Constituição Federal de 1988, quando em seu Art. 53 faz as mesmas considerações. Já a Lei de Diretrizes Básicas 9394/96 volta a afirmar o que foi descrito em 1988 no Art. 205 da Constituição Federal e vai além, pois determina em seu Art.22 “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” E no Art. 24 garante ao educando uma carga horária mínima anual de 800 horas, dividida em 200 dias letivos de prática pedagógica efetiva, e ainda garante ao aluno o direito de obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. Outro ponto garantido pela LDB 9493/96 é o cumprimento de um currículo que garanta a base nacional comum.

Mas todo esse direito garantido por Lei desde 1988 não assegura que o aprendizado vai ocorrer e que o aluno terá um avanço em seu desempenho acadêmico, visto que existem outras variáveis que fazem parte do cotidiano escolar. Conforme Weisz (2011, p.34): “Na verdade, o conhecimento se constrói frequentemente por caminhos diferentes daqueles que o ensino supõe”. É preciso considerar o contexto social onde o aluno está inserido e as necessidades básicas do ser humano, para se pensar em políticas públicas que levem o Estado a cumprir o que determina a Lei. De acordo com Macedo (2007, 28):

A escola, hoje, é uma substituição sobrecarregada, que acumula funções socioculturais outrora mais bem repartidas: nas ruas, nas vizinhanças, nos quintais de nossas casas, na igreja, na praça. Muitas coisas que antes fazíamos e aprendíamos nesses lugares agora são feitas na escola. Hoje, os professores convivem com as crianças por mais tempo e mais intensamente do que os pais.

O autor descreve a realidade encontrada atualmente, na qual a escola está assumindo um papel que não é seu e encontrando dificuldades de efetivamente proporcionar ao educando o ensino real. É neste contexto que nasce o projeto Reforço Escolar, uma tentativa do Estado de se fazer cumprir o que está previsto em Lei desde 1988 com a promulgação da Constituição Federal.

A presente dissertação se iniciou com a descrição do contexto educacional do Estado do Rio de Janeiro a partir do ano de 2004 com foco, principalmente, nas intervenções políticas ocorridas a partir de 2011 com a implementação do projeto Reforço Escolar. A pergunta que permeia o trabalho refere-se à falta de adesão dos alunos ao Projeto e como reverter tal situação de modo a aumentar a participação destes nas aulas de Reforço Escolar, para que tenham seus desempenhos acadêmicos elevados - uma vez ser este o objetivo do Projeto.

Assim, no decorrer do capítulo 2, analiso esta questão por meio dos dados coletados na unidade escolar selecionada e no referencial teórico para compreender a não adesão ao Projeto e para pensar em ações futuras que fomentem o aumento desta participação.

Início o próximo tópico com esclarecimentos sobre o processo de acompanhamento da implementação de uma política pública, baseando-se nos

seguintes autores: Atkinson (1989), Heidemann (2013), Draibe (2001), Feick (1992) e Weiss (1995).

Para a análise teórica dialogo com os autores: Lino de Macedo, que discute questões referentes à prática pedagógica do professor e será importante para compreender a metodologia proposta no Projeto; Telma Weisz, uma vez que trabalha com a questão do ensino-aprendizagem, muito importante para discutirmos o aprendizado proporcionado durante as aulas do Reforço Escolar; Celso Vasconcellos que reforça as questões referentes à prática pedagógica e a forma de aplicar a recuperação de estudos; Melchior, que trata do sucesso escolar como fundamental para compreender a questão dos ajustes a serem feitos no Projeto Reforço Escolar, alvo da minha pesquisa; Luckesi, pois o conceito que utiliza sobre avaliação nos direciona sobre as bases do projeto estudado; E, finalmente, Pierre Bourdieu, apresentado por Maria Alice Nogueira e Cláudio Martins Nogueira, que colocam pontos de reflexão sobre o capital cultural que o aluno traz e orienta o presente trabalho no processo de reflexão sobre os ajustes a serem feitos no projeto.

A próxima seção desta dissertação de pesquisa apresenta o resultado dos dois instrumentos utilizados para coleta de dados, a pesquisa realizada no material pedagógico do projeto e em sites oficiais e as informações advindas das respostas dos alunos no questionário.

2.1. Análise dos dados apresentados no material pedagógico

Sobre a implementação de um projeto que pretende sanar dificuldades detectadas pelo governo, Atkinson³⁸ afirma que (1989, p. 114):

O pressuposto central da maioria das abordagens contemporâneas à implementação política é de que esse estágio do processo político é moldado por fatores políticos relacionados à capacidade do Estado de enfrentar os problemas específicos e a complexidade do subsistema com o qual ele tem que lidar.

A avaliação do processo de implementação é um fator importante e é por este motivo que neste capítulo serão feitas colocações com relação às respostas dadas

³⁸ In: Heidemann, FG. Política Pública Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

pelos alunos do terceiro ano do Ensino Médio do turno da manhã do CEAT, visto que estes alunos são os que estudaram na unidade escolar em 2012, justamente no período de implementação do projeto Reforço Escolar nesta unidade escolar.

Conforme Heidemann (2013, p.199):

A avaliação de políticas tem sido em termos preponderantes, o campo daqueles que veem essa verificação ou apuração como um exercício neutro, técnico, para determinar o sucesso (ou insucesso) dos esforços envidados pelos governos para resolver problemas políticos.

Confirmando esta fala referente à importância da avaliação da implementação de uma política pública, aqui neste caso o projeto Reforço Escolar, Feick³⁹ (1992, p. 207) diz que:

É fundamental para avaliação de políticas que ela tenha impacto na efetuação da mudança política. Afinal de contas, o propósito implícito dessa avaliação é mudar a política, caso se julgue necessário assim proceder em consequência da realização de uma revisão.

Desde o início deste trabalho, o foco está na avaliação do processo de implementação, para ainda nesta etapa, a partir dos possíveis pontos negativos, oferecer ações de melhoria. Este ponto é destacado pelos autores citados acima.

Mencionar os estudos destes sobre a avaliação de processo é importante para justificar a pesquisa. Eles falam da avaliação de processo como sendo o acompanhamento das pequenas etapas realizadas durante a implementação, a fim de introduzir pequenos ajustes, melhorando desta forma o resultado final. Acerca deste tema, Weiss (1995, p. 77) afirma que avaliações de processo ajudam o programa a entender o que ele tem feito e de que modo, e nos levam a refletir sobre como ele poderia aprimorar suas operações. Já Draibe (2001, p.30) destaca que buscam identificar os fatores facilitadores e os obstáculos que operam ao longo das implementações e que condicionam, positiva ou negativamente, o cumprimento das metas e objetivos. Enquanto Heidemann (2013, p. 208) pontua que as avaliações de

processo examinam os métodos organizacionais, incluindo as regras e procedimentos operacionais, usados para a execução dos programas.

Seguindo estas afirmações, será esclarecido como foi realizada a coleta de dados para análise da eficácia do Projeto Reforço Escolar. Num primeiro momento, foi determinado um recorte no material pedagógico utilizado nas aulas. Os dados selecionados foram do 3º bimestre do 2º ano do Ensino Médio. Na figura 1 poderemos observar o esquema de desenvolvimento das dinâmicas das aulas do projeto que constam no material pedagógico.

Figura 1 – Esquema das Aulas do projeto Reforço Escolar Matemática

ETAPAS		ATIVIDADE	TEMPO	ORGANIZAÇÃO	REGISTRO
1	Compartilhando ideias	Reconhecendo e construindo sólidos	20 min	Grupos de 2 alunos	Individual
2	Sistematizando	Pirâmides e cones	15 min	Grupos de 2 alunos	Individual
3	Quiz	Quiz	5 min	Individual	Individual
4	Análise das respostas ao Quiz	Análise das respostas ao Quiz	10 min	Coletiva	Individual
FLEX	Para Saber +	Esta é uma seção de aprofundamento, para depois da dinâmica O aluno pode realizar, quando desejar			

A Figura 1 apresenta o desenvolvimento da aula, que foi utilizada para trabalhar a habilidade H-04 Identificar propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos. Durante a aula os alunos são estimulados a trabalhar em conjunto com os colegas de classe, trocando experiências e formulando hipóteses.

Deste recorte, foram destacadas as habilidades trabalhadas nos exercícios propostos no material pedagógico aplicado aos alunos e realizado uma comparação com as habilidades a serem trabalhadas no Currículo Mínimo da SEEDUC-RJ para

Língua Portuguesa e Matemática no mesmo período. O fato que fica claro, ao observar o Quadro 2, é que o material pedagógico utilizado nas aulas do Projeto Reforço Escolar está em consonância com o Currículo Mínimo.

Quadro 2 – Comparação entre as habilidades trabalhadas no material pedagógico e Currículo Mínimo no período correspondente em Matemática

HABILIDADES TRABALHADAS EM MATEMÁTICA NA 2ª SÉRIE DO EM - 3º BIMESTRE	HABILIDADES CORRESPONDENTES DO CURRÍCULO MÍNIMO EM MATEMÁTICA NA 2ª SÉRIE DO EM - 3º BIMESTRE
H04 – Identificar propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos.	Reconhecer e nomear pirâmides e cones.
H30 - Resolver problema, envolvendo a área total e/ou volume de um sólido (prisma, pirâmide, cilindro, cone, esfera).	Resolver problemas, envolvendo o cálculo de área lateral e área total de pirâmides e cones. Reconhecer e nomear pirâmides e cones.
H31 - Resolver problema, envolvendo noções de volume	Resolver problemas, envolvendo o cálculo de área lateral e área total de pirâmides e cones. Reconhecer e nomear pirâmides e cones.

Fonte: Material Pedagógico do Projeto Reforço Escolar

Nas regras de elaboração das dinâmicas está estabelecido que elas devem atender as habilidades não atingidas pelos alunos na avaliação externa (Saerjinho). No ano de 2012, até o terceiro bimestre, as habilidades que foram avaliadas e que os alunos apresentaram maior dificuldade consistem em: relacionar diferentes poliedros ou corpos redondos com suas planificações; identificar a relação entre o número de vértices, faces e/ou arestas de poliedros expressa em um problema; resolver problema que envolva porcentagem; **resolver problemas envolvendo a medida da área total e/ou lateral de um sólido (prisma, pirâmide, cilindro, cone, esfera)**; resolver problemas envolvendo P.A./P.G., dada a fórmula do termo geral e/ou a soma dos termos; identificar a expressão algébrica que expressa uma regularidade observada em sequências de números ou figuras (padrões); resolver problemas envolvendo juros simples ou compostos; efetuar operações utilizando as propriedades operatórias do logaritmo; resolver problemas envolvendo a função logarítmica.

Se compararmos as habilidades do material pedagógico de Matemática do 3º bimestre e todas as habilidades que foram avaliadas no Saerjinho, nas quais os alunos apresentaram dificuldades, só identificamos o reforço específico, em uma, que se encontra destacada no parágrafo anterior. Aqui está posto um problema na implementação do Projeto Reforço Escolar que precisa ser repensado, pois de acordo com Weisz (2011, p.51): “Ninguém conseguirá aprender alguma coisa se não tiver como reconhecer aquilo como algo apreensível.” O aluno precisa se identificar com o material pedagógico utilizado para ter vontade de assistir às aulas. Observamos uma incompatibilidade, portanto, no material que objetiva auxiliar os alunos em suas dificuldades e o diagnóstico de quais são estas deficiências. Com estes indícios, já temos uma proposta de ação para ser apresentada no plano de atendimento educacional que será a revisão do material, para que este retorne à sua ideia inicial de trabalhar com as dificuldades apontadas pelo Saerjinho.

Vasconcellos (1994, p.34) pontua que:

A questão central não é a dos conteúdos escolares, mas da necessária mediação que estes conteúdos devem fazer, no sentido de remeter o sujeito para a compreensão da realidade (ter condições de apreender o movimento do real para nele intervir); isto é o que importa; os conteúdos escolares devem ser uma mediação para isto, e não um fim em si mesmos, como ocorre amiúde.

Vasconcellos aponta que é preciso acontecer na escola a mediação dos conhecimentos. O aluno precisa reconhecer o conteúdo escolar como algo real. E o autor complementa: “A proposta de trabalho do professor deverá ser significativa para o educando, sendo esta uma condição para elaboração do conhecimento.” (Vasconcellos 1994, p.51).

De certo, o aluno participa bimestralmente de uma avaliação diagnóstica (Saerjinho) e para Luckesi (2005, p.43): “Um diagnóstico é um conhecimento que adquirimos por meio de dados que qualificamos e, por isso, nos permite uma decisão e uma intervenção.” Temos então os dados para trabalhar as dificuldades dos alunos e estes não estão sendo utilizados de forma eficaz na elaboração das dinâmicas.

Conforme Macedo (2007, p.131):

Os alunos veem sentido nas tarefas que lhes propomos? Hoje, o grande desafio do cotidiano da escola é propor tarefas significativas para os alunos e professores. Desenvolver o ensino e a aprendizagem em um contexto de projeto educacional pode ajudar a resgatar esse significado.

E este desafio apontado por Macedo (2007) não é diferente do proposto pelo Projeto Reforço Escolar. É importante que os alunos adiram às aulas do projeto, para que este cumpra seu objetivo de auxiliar o aluno a melhorar seu desempenho acadêmico.

Na disciplina de Língua Portuguesa, o quadro não é diferente no exposto em Matemática, conforme as informações no Quadro 3. As habilidades observadas nas dinâmicas correspondem ao que foi determinado no período no Currículo Mínimo.

Quadro 3 – Comparação entre as habilidades trabalhadas no material pedagógico e Currículo Mínimo no período correspondente em Língua Portuguesa

HABILIDADES TRABALHADAS EM LÍNGUA PORTUGUESA NA 2ª SÉRIE DO EM - 3º BIMESTRE	HABILIDADES CORRESPONDENTES DO CURRÍCULO MÍNIMO EM LÍNGUA PORTUGUESA NA 2ª SÉRIE DO EM - 3º BIMESTRE
H20 – Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto.	Identificar e empregar mecanismos de coesão referencial e sequencial.
H11 – Reconhecer os modos de organização das diferentes tipologias textuais (Descrição e Narração)	Identificar os recursos expressivos do gênero textual canção, reconhecendo sua relação com a poesia e a música
H22 – Identificar a tese de um texto.	Diferenciar tese, argumentos e contra-argumentos para a estruturação e defesa do ponto de vista.
H24 – Estabelecer relações de concordância nominal e verbal.	Reconhecer os termos integrantes da oração.

Fonte: Material Pedagógico do Projeto Reforço Escolar

As habilidades destacadas no quadro 3, são trabalhadas nos exercícios apresentados de acordo com o esquema da Figura 2, onde é demonstrado toda a estrutura da aula, inclusive pontuando para o professor o tempo que deverá ser disponibilizado para cada momento da aula. E nos mostra que em cada atividade

proposta ao aluno este será convidado a falar e a ouvir seus colegas de classe. Na dinâmica em questão, o aluno foi convidado a identificar a tese do texto após um debate e discussão em grupo para resolução do exercício proposto.

Figura 2 – Esquema das Aulas do projeto Reforço Escolar Língua Portuguesa

FASES		ATIVIDADE	TEMPO ESTIMADO	ORGANIZAÇÃO	REGISTRO
1	Contextualização do tema e leitura de textos	Conversa informal sobre sustentabilidade e leitura de textos	20 min	Toda a turma	Oral/ Coletivo
2	Análise de textos	Debate em grupo	20 min	Turma dividida em 2 grupos	Escrito/ Coletivo/
3	Identificação e produção de tese e argumentos	Exercícios estruturais	20 min	Grupos de 5 alunos	Oral/ Individual
4	Sistematização do conteúdo	Diferenciação de tese, argumentos e contra-argumentos	20 min	Grupos de 5 alunos	Oral/ Representantes dos grupos
5	Autoavaliação	Questão no modelo Saerj	10 min	Individual	Individual

Como podemos observar na Figura 2, para trabalhar a habilidade desta dinâmica, H-22 Identificar a tese de um texto, em um primeiro momento o professor contextualiza o tema que será tratado. Após esta breve introdução os alunos entram em contato com os textos, sendo eles de diversos gêneros textuais, mas todos com o mesmo tema. Depois do estudo e debate dos textos sobre o tema sustentabilidade os alunos divididos em grupos resolvem os exercícios propostos. Para finalizar este momento o professor, propõe aos representantes dos grupos que exponham suas opiniões e finalmente cada aluno resolve individualmente uma questão do Saerj que aborde a habilidade estudada na dinâmica.

Abaixo estão relacionadas às habilidades que foram verificadas no Saerjinho em 2012, no qual os alunos tiveram mais problemas em resolver as seguintes questões: inferir o sentido de uma palavra ou expressão; identificar o tema de um texto; distinguir um fato da opinião relativa a esse fato; distinguir um fato da opinião relativa a esse fato; localizar informações explícitas em um texto; inferir uma informação implícita em um texto; identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros; identificar o gênero de diversos textos; relacionar características do texto à

tradição literária em que se inscreve e/ou ao contexto social; reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido; reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema; estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto; **identificar a tese de um texto**; estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios etc.; reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações; reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão; reconhecer o efeito de sentido decorrente da exploração de recursos ortográficos e/ou morfossintáticos; reconhecer efeitos provocados pelo emprego de recursos estilísticos; identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto; identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem os textos narrativos; estabelecer relação causa/consequência entre partes e elementos do texto.

Diante de tantas habilidades não desenvolvidas pelos alunos somente uma foi trabalhada no material pedagógico do Projeto Reforço Escolar, que se encontra em negrito na listagem. Constatamos que será necessário a reformulação do material pedagógico apresentado ao aluno, mas este será um ponto para o terceiro capítulo deste estudo.

No caso da disciplina de Língua Portuguesa, ocorre um agravante, pois são notórias as dificuldades apresentadas pelos alunos que estão cursando o segundo ano do Ensino Médio, pela quantidade de itens com habilidades básicas a esta modalidade de ensino que os alunos não conseguem responder de forma correta. Exemplo disto é a habilidade “Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a sua continuidade.”, que obteve apenas 21,79%⁴⁰ de acerto pelos alunos do CEAT que realizaram a prova no 3º bimestre de 2012.

Para Vasconcellos (1994, p.41): “todo ser humano é capaz de aprender” e ainda de acordo com o autor (1994, p.41) a atividade de recuperação de estudos se apresenta como “uma nova oportunidade de aprendizagem” (Idem, p.41). Portanto,

⁴⁰ Dados do relatório retirado do site: http://www.saerjinho.caedufjf.net/diagnostica/paginas/protegidas/desc_faces

fornecer maneiras diversificadas para o reforço escolar é “um direito do aluno e não um favor da escola”. Existem pontos a serem revistos na formulação do material pedagógico utilizado nas aulas do projeto. Mas tanto o professor quanto a escola podem adequar o material que lhes é oferecido pelo projeto à sua realidade. Sobre isso Weisz (2011, p.44) acrescenta:

A prática pedagógica é complexa e contextualizada, e, portanto não é possível formular receitas prontas para serem aplicadas a qualquer grupo de alunos: o professor, diante de cada situação, precisará refletir, encontrar suas próprias soluções e tomar decisões relativas ao encaminhamento mais adequado.

Ressaltamos que é preciso existir autonomia da escola e do professor com relação à utilização do material pedagógico do projeto, visto que este apresenta lacunas. Segundo afirma Melchior (1998, p. 81) “O que não ficou claro é que não só a nota que deve ser recuperada, mas a aprendizagem do aluno.” A adesão do aluno ao Reforço Escolar deve ser compreendida pela equipe diretiva e corpo docente como um recurso a mais a ser utilizado pela escola na busca por seu objetivo, que é levar o aluno à aprendizagem de fato. Os atores que participam diretamente na implementação do projeto devem poder intervir, apontando, nas formações continuadas e encontros com a DRMI, quais de fato são as dificuldades encontradas pelos alunos e pela direção da escola para que tal diretoria leve até o órgão central (SEEDUC-RJ) os pontos que devem ser melhorados.

Finalizamos esta seção com algumas reflexões. Macedo afirma que:

Ensinar supõe ao mesmo tempo considerar-se como um aluno deseja aprender. Um aluno que será sempre ele. Uma coisa é o processo de exteriorização, é o professor dando aula; outra é o processo de interiorização, o professor refletindo sobre sua prática e se dando oportunidades de aprendizagem para ensinar melhor. (2007, p. 55)

No processo ensino-aprendizagem, é preciso estabelecer uma relação de troca. Por isso discutimos neste estudo quais os pontos do projeto devem ser modificados para que o aluno sinta interesse em participar da proposta por reconhecer nela uma oportunidade real de aprendizado.

Nogueira e Nogueira (2004, p. 73-74) afirmam que:

A rentabilidade de uma relação de comunicação pedagógica, ou seja, o grau em que ela é compreendida e assimilada pelos alunos, dependeria do grau em que os alunos dominam o código necessário à decifração dessa comunicação. Para Bourdieu, esse domínio variaria de acordo com a maior ou menor distância existente entre o arbitrário cultural apresentado pela escola como cultura legítima e a cultura familiar de origem dos alunos.

Bourdieu afirma que o processo ensino-aprendizagem se dará de fato se o que é apresentado ao aluno na escola fizer sentido com conhecimento prévio que este tem a partir do contexto familiar. Por isso, o projeto necessita, além de trabalhar as habilidades e competências apontadas pelo Saerjinho com um maior grau de dificuldade para os alunos, trazer conteúdos que auxiliem os professores a preencher as lacunas que foram ficando na aprendizagem dos alunos durante seu percurso escolar. De acordo com Vasconcellos (1994, p.56):

O aluno real, concreto, que efetivamente está na sala de aula, é um ser que tem suas necessidades, interesses, nível de desenvolvimento cognitivo, quadro de significações, experiências anteriores, sendo bem distinto daquele aluno ideal, dos manuais pedagógicos (marcados pelos valores de classe) ou do sonho do professor.

É necessário que o professor que ministra a aula do projeto Reforço Escolar conheça este aluno e tenha ciência de seus anseios e dos obstáculos que, ele, estudante, precisará transpor para alcançar seus objetivos. Desta forma poderá direcionar sua prática pedagógica e auxiliar, no período de formação continuada, dando sugestões de ajustes que precisam ser feitos nas dinâmicas utilizadas no Projeto.

No próximo tópico, analiso as respostas dos alunos dadas ao questionário aplicado a eles com a intenção de investigar os motivos pelos quais os alunos não aderem ao Projeto Reforço Escolar.

2.2 Procedimentos Metodológicos

Descrevem-se, nesta seção, os procedimentos metodológicos que direcionaram a pesquisa. Como já mencionado no início do item 2.1 a pesquisa

avaliativa surge da necessidade de analisar o sucesso ou a eficácia da política em questão. Foi utilizado um questionário com a Escala de Likert pela sua característica de realizar uma avaliação do projeto implementado. Para isto foi elaborado um questionário com 10 questões fechadas a respeito do projeto reforço escolar. O mesmo foi aplicado aos alunos do terceiro ano do ensino médio, em novembro de 2013, pois foram estes alunos que participaram do momento de implementação do projeto Reforço Escolar em 2012 no CEAT.

O estudo do caso em questão, a implementação do projeto Reforço Escolar, no ano de 2012, a partir do método questionário necessitou de cuidados para que os dados coletados fossem analisados de forma a dar veracidade à pesquisa. A escolha da amostra da pesquisa foi importante, pois apenas os alunos que participaram do contexto estudado poderiam fornecer informações relevantes para o estudo. Desta forma, na próxima sessão, trataremos de descrever o perfil dos respondentes do questionário.

2.2.1 Perfil dos Respondentes

Dos 113 alunos matriculados no terceiro ano do Ensino Médio, 96 responderam a pesquisa. Destes, 53 são do sexo masculino e 43 do sexo feminino e não foi identificado nenhum aluno em distorção idade-série. O quadro 4 demonstra o perfil dos respondentes:

Quadro 4 – Perfil dos Respondentes

IDADE	ANO DE ESCOLARIDADE	TEMPO QUE ESTÁ NA ESCOLA
16 – 13 alunos 17 – 48 alunos 18 – 27 alunos 19 – 8 alunos	Terceiro ano do Ensino Médio.	Em média 7 anos.

Fonte: Dados do questionário e da secretaria da escola.

A amostra da pesquisa foi de 85% dos alunos que tiveram contato com a proposta do projeto Reforço Escolar no ano de 2012. Abordo na próxima seção da análise dos dados do questionário aplicado aos alunos.

2.2.2 Análise do questionário aplicado aos alunos

A maioria dos alunos que tiveram a oportunidade de participar do projeto em 2012 frequentou, em 2013, o terceiro ano na mesma unidade escolar. O questionário aplicado a eles teve a intenção de diagnosticar a sua percepção com relação ao projeto.

A primeira observação feita com relação a este grupo de alunos foi com relação à sua frequência nas aulas regulares, que é um dos critérios para aprovação dos alunos, uma vez que, de acordo com a Portaria Sugem nº 419⁴¹ em seu Artigo 4º - § 1º, *“Será retido no ano de escolaridade, série, fase ou módulo o discente que não apresentar, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência do total da carga horária prevista no período letivo”*.

A partir do estudo realizado no documento oficial utilizado pela escola para registro de dados dos alunos, o mapa de notas fornecido pelo “sistema conexão educação”, verifica-se que estes alunos têm um percentual de frequência global de 90% em média. Podemos perceber que não é a ausência na sala de aula que leva os alunos a terem dificuldades em assimilar os conteúdos e a desenvolver as habilidades relativas à série.

Os dados retirados do sistema “conexão educação” revelam que estes alunos na verdade são assíduos e trazem deficiências de aprendizado de anos anteriores. A questão relativa à lacuna de aprendizado dos alunos também é relatada no PPP da unidade escolar, na parte do diagnóstico da comunidade local, nesta seção do documento é exposto a falta de apoio familiar no cotidiano escolar do aluno. Talvez por isso não consigam evoluir no aprendizado. Segundo Weisz⁴² (2011, p.97):

No momento em que alguns alunos começam a se mostrar perdidos e atrapalhados em relação aos conteúdos trabalhados, a escola que assume responsabilidade com a aprendizagem de todos tem obrigação de criar um sistema de apoio para que esses alunos não se percam pelo caminho. Suas dificuldades precisam ser detectadas rapidamente para que eles sejam apoiados, continuem progredindo e não desenvolvam bloqueios.

⁴¹Portaria SEEDUC/SUGEN nº419 de , 27 de setembro de 2013.

⁴²WEISZ, T. e SANCHES, A.O Diálogo Entre o Ensino e a Aprendizagem.Rio de Janeiro:Ática, 2011.

Conforme a autora, é necessário que professores, com o apoio da escola, identifiquem os problemas de aprendizagem que os alunos apresentam e trabalhem isso de forma eficaz. E aqui fica a pergunta: que subterfúgios a escola irá utilizar para buscar sanar esta lacuna no aprendizado dos alunos? No caso desta pesquisa, um dos caminhos indicados são as aulas do Projeto Reforço Escolar, mas para que isto ocorra com êxito é preciso que o aluno se entenda como integrante deste processo.

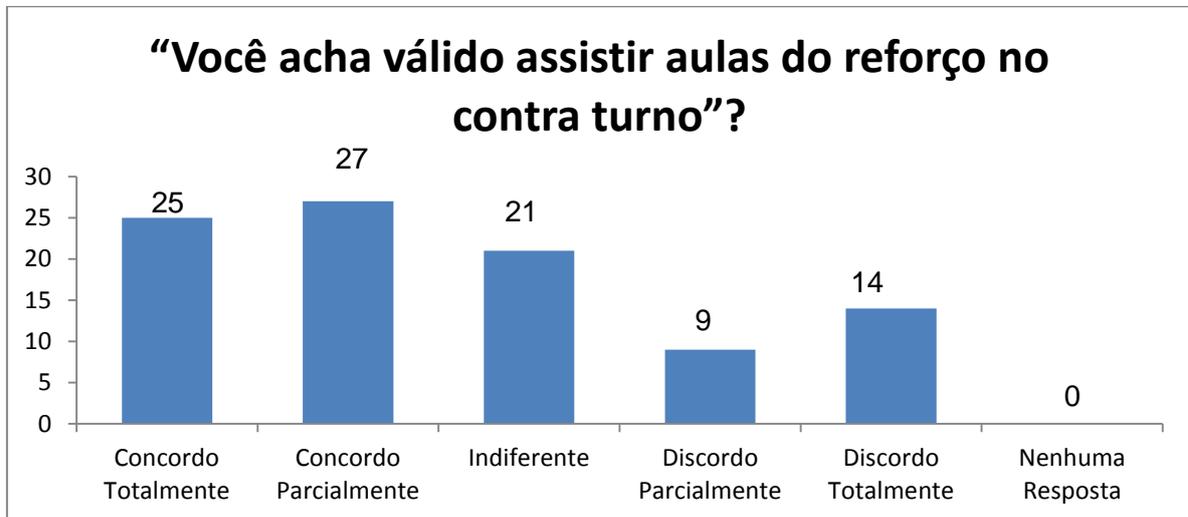
Weisz (2011, p.34) discute tal temática:

Quando se fala da importância de o professor compreender o que seus alunos sabem para poder atuar, a questão é mais complexa do que parece. Pensa-se sempre que é preciso ter uma boa noção daquilo que os alunos sabem do ponto de vista do conteúdo a ser aprendido, visto da perspectiva do adulto – ou seja, de como os adultos veem a matéria que está sendo ensinada. Por exemplo, se o professor está ensinando aritmética, pode concluir que seus alunos sabem somas e subtrair, mas não sabem multiplicar e dividir. Trata-se de uma constatação simples, mas não é disso que estou falando. Volto a me referir ao saber do ponto de vista do aprendiz, porque é esse o conhecimento necessário para fazer o aluno avançar do que ele já sabe para o que não sabe. Falo das construções e ideias que ele elaborou e que, normais das vezes, não foram ensinadas pelo professor, mas construídas pelo aprendiz.

Não podemos esquecer que a escola tem seu papel com relação à aprendizagem do aluno, porém, conforme Luckesi (2005, p. 48), “no caso da aprendizagem, como estamos trabalhando com uma pessoa (o educando), importa acolhê-lo como ser humano, na sua totalidade e não só na aprendizagem específica (...)”. Por isso, é preciso garantir a ele o direito à recuperação de estudos, que vem sendo realizada a partir da implementação desta política pública. Não estou afirmando aqui que o Projeto tem a pretensão de resolver todos os problemas, mas com ajustes necessários pode se tornar um forte recurso para a escola.

Voltamos ao nosso questionamento inicial: por que os alunos com baixo desempenho não aderem ao Projeto Reforço Escolar, se estão na unidade escolar e não conseguem acompanhar o ritmo do processo ensino-aprendizagem? Analisando os dados fornecidos pelo gráfico 1 identificamos que, num total de 96 alunos, 26% (25) concordam totalmente com as aulas no contra turno e 28% (27) concordam parcialmente, 22% (21) são indiferentes, 9% (9) discordam parcialmente e 15% (14) discordam totalmente.

Gráfico 1 - “Você acha válido assistir aulas do reforço no contra turno”?



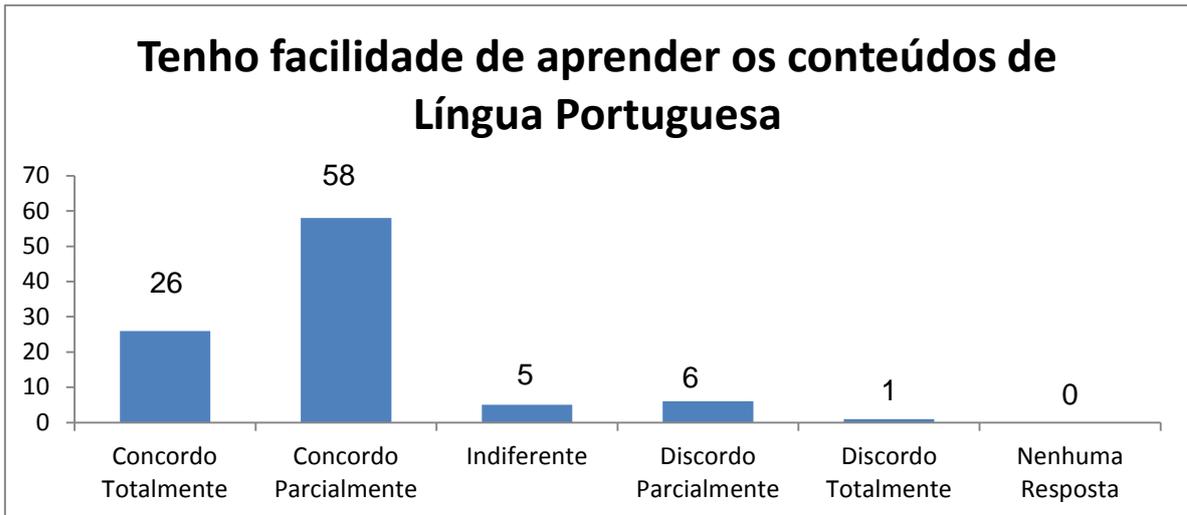
Fonte: Dados do questionário

Não podemos afirmar por esses dados que assistir aulas no contra turno é um problema para a maioria dos alunos. Na realidade, identificamos aqui que o fato de a aula do Projeto ocorrer no contra turno não é um impedimento para que o aluno a frequente – ainda que um número considerável deles se mostre resistente à utilização desse recurso.

Perguntamos aos alunos se possuíam facilidade em aprender Língua Portuguesa e Matemática e os resultados destes questionamentos são apresentados nos gráficos 3 e 4.

Com relação à disciplina Língua Portuguesa, percebemos no gráfico 2 que 27% dos alunos (26) concordaram totalmente que têm facilidade em aprender esta disciplina, 61% concordaram parcialmente (58 alunos), 5% foram indiferentes (5), 6% discordam parcialmente (6) e 1% discorda totalmente (1).

Gráfico 2 - Tenho facilidade de aprender os conteúdos de Língua Portuguesa

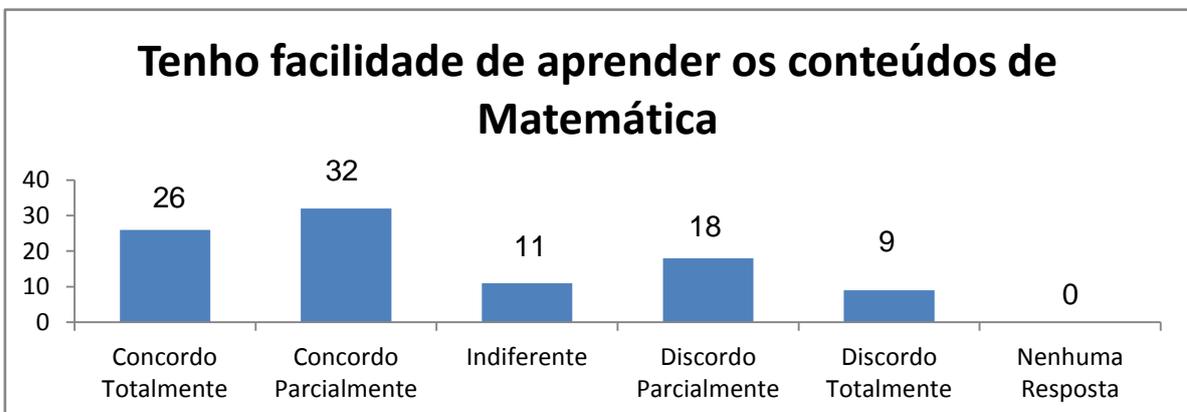


Fonte: Dados do questionário.

Essas informações nos remetem a uma afirmação de Macedo (2007, 132): “Alunos e professores nem sempre se envolvem com as tarefas propostas ou previstas na sala de aula”. Porque de acordo com a análise feita após o gráfico 3, apesar de os alunos, em sua maioria, afirmarem ter facilidade no aprendizado nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, seu desempenho nestas áreas não é o esperado.

No gráfico 3 temos os dados referentes à disciplina Matemática, nos quais 27% dos estudantes (26) concordam totalmente ter facilidade em aprender esta disciplina; 33% concordam parcialmente (32 alunos); 12% são indiferentes (11); 19% discordam parcialmente (18) e 9% discordam totalmente (9).

Gráfico 3 - Tenho facilidade de aprender os conteúdos de Matemática



Fonte: Dados do questionário.

Os gráficos 2 e 3 mostram que os alunos declaram não ter dificuldades em aprender os conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática e esse pode ser um dos motivos por não aderirem às aulas do Projeto Reforço Escolar, já que não reconhecem as dificuldades que encontram em ambas as disciplinas, como se pode observar nos exemplos apresentados na avaliação bimestral (Saerjinho) aplicada no terceiro bimestre de 2012. Nela, 68,5% dos alunos do 2º ano do Ensino Médio erraram itens que avaliavam a habilidade de **inferir o sentido de uma palavra ou expressão** que constava no caderno de questões de Língua Portuguesa e 82,5% dos alunos do 2º ano do Ensino Médio erraram itens que avaliavam a habilidade de *resolver problema que envolva porcentagem* que constava no caderno de questões de Matemática.⁴³

Interessante refletir neste ponto como os alunos percebem os conteúdos ministrados na escola. Segundo Weisz (2011, p.56):

A valorização dos saberes construídos fora das situações escolares é condição para que os alunos tomem consciência do que e de quanto sabem. Esses, ou quaisquer conhecimentos, que tenham, não são necessariamente conscientes, sistematizados ou corretos do ponto de vista adulto. Mas é certo que eles “estão em jogo” quando se aprende na escola, principalmente quando as propostas de ensino são planejadas para que assim sejam.

O Projeto Reforço Escolar foi pensado com a intenção de auxiliar os alunos que têm baixo desempenho a sanar suas dificuldades, mas para que ele seja reconhecido pelos alunos é preciso que faça parte do contexto escolar. Para Melchior (1998, p. 35):

A aprendizagem de cada indivíduo ocorre de forma e em tempo diferente, portanto o professor não pode preocupar-se somente em ensinar a todos da mesma forma e ter a ilusão de que todos vão aprender. (...) Cada um vai construir sua aprendizagem de acordo com seu nível de desenvolvimento (...).

É necessário também que o problema enfrentado por esses alunos seja de fato compreendido pelos professores, que precisam, como relata Weisz, valorizar o conhecimento que o aluno traz de sua experiência de mundo e contextualizar o ensino ministrado na escola. Sobre esta discussão, Vasconcellos acrescenta:

⁴³ Dados coletados do site: <http://www.saerjinho.caedufjf.net/diagnostica/>

Num mundo bombardeado de informações, os homens desenvolveram um alto grau de seletividade da atenção, como forma de “sobrevivência”; evidentemente, isto ocorre também com os educandos. O professor, mais do que nunca, tem que “ganhar” o aluno para sua aula. É grande, pois, o desafio do educador no sentido de superar a usual dispersão dos alunos em relação aos objetos de conhecimento apresentados pela escola. (1994, p.62)

Falar de reforço escolar nos leva a refletir sobre o processo ensino-aprendizagem. Vasconcellos afirma que “(...) o ensino se define como um processo duplo: acumulação de conhecimentos e domínio dos modos de operar com eles.”(1994, p.40)

E, mesmo em um modelo pronto oferecido pelo órgão central, volto a afirmar, a escola precisa exercer sua autonomia a partir do projeto político pedagógico e refletir sobre seu papel na vida escolar do aluno. De acordo com Gadotti: “A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico.” (2002, p.34)

Macedo complementa:

Desenvolver competências e habilidades na escola é considerado, hoje, tão importante quanto ensinar os conteúdos disciplinares. Notem bem: tão importante quanto. Suponho que a principal razão disso sejam as novas funções da educação básica que, por ser para todos, deve prover instrumentos fundamentais para sua vida em sociedade, aí incluímos a continuidade dos estudos, o trabalho e a autonomia, no limite do possível, para lidar com as necessidades do cotidiano e para as relações em comum. (2007, 75)

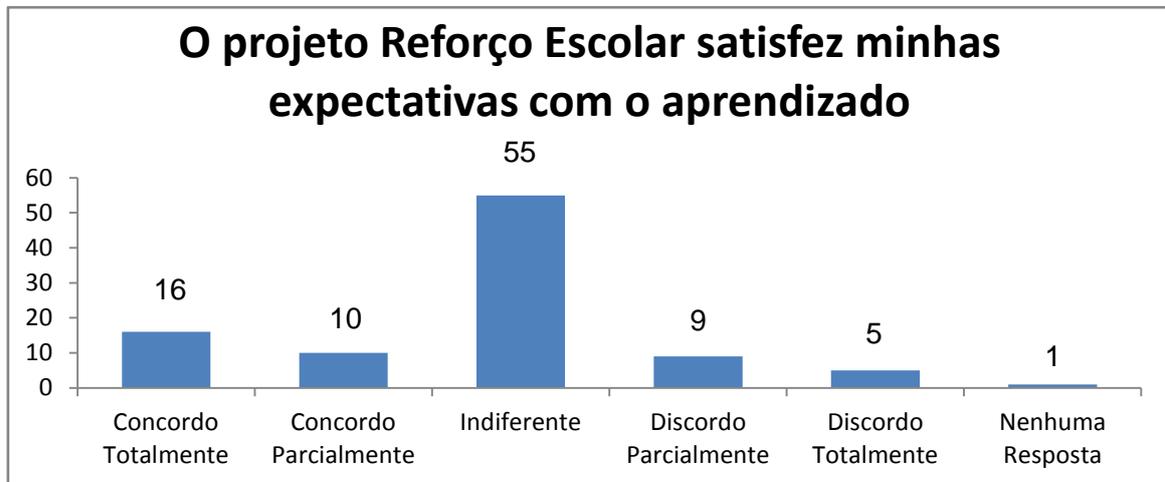
Este debate deve ser lançado no ambiente escolar, porque o material pedagógico, assim como toda a proposta do projeto, está baseado em competências e habilidades não desenvolvidas pelos alunos, verificadas em uma avaliação externa, o Saerjinho, que utiliza o mesmo princípio. Mas a realidade vivenciada pelos alunos são os conteúdos apresentados a eles nas aulas regulares para se cumprir o que é proposto no currículo. Foi comprovado pela pesquisa que, inicialmente, a proposta no projeto desejava trabalhar habilidades não desenvolvidas pelos alunos, de acordo com a dificuldade apresentada no Saerjinho, mas o que ocorre de fato é a elaboração de um material exclusivamente baseado em

conteúdos do Currículo Mínimo proposto pelo estado, questão já apontada no item 2.1. Propõe-se no capítulo 3 uma ação que busca corrigir esta questão.

Os alunos do 2º ano do Ensino Médio que, em 2012, participaram da implementação do projeto no CEAT foram selecionados para este estudo justamente por apresentarem resultados abaixo da média nas avaliações externas realizadas e em sua maioria não reconhecerem o projeto como um recurso a seu favor para melhoria do seu desempenho.

Quando perguntados sobre a satisfação com relação ao Projeto Reforço Escolar melhorar o seu aprendizado, 17% dos respondentes (16) disseram concordar plenamente; 11% concordaram parcialmente (10); 57% dos alunos (55) mostraram-se indiferentes; 9% discordaram parcialmente (9); 5% discordaram totalmente (5) e apenas 1% não respondeu (1) ao questionamento, conforme os dados do gráfico 4.

Gráfico 4 - O projeto Reforço Escolar satisfaz minhas expectativas com o aprendizado



Fonte: Dados do questionário.

Aqui nos defrontamos com outra possibilidade da não adesão dos alunos ao Projeto Reforço Escolar: a falta de motivação. A dicotomia entre o que é ensinado na escola para os alunos e o que de fato vivencia. A falta de interesse dos alunos pode estar relacionada à falta de sentido que estes “saberes escolares” representam para eles, pois não refletem sua realidade. Na verdade, não encontram identidade no projeto por não perceber nele um acréscimo em seu conhecimento dos conteúdos ou por não identificar, nas dinâmicas, diferença do que é visto nas aulas regulares.

Os dados dos gráficos 5 e 6 complementam as informações do gráfico 5 e apontam para um possível não reconhecimento por parte dos alunos dos benefícios que podem usufruir através do projeto, desde que este seja ajustado, levando o material pedagógico a abordar as dificuldades apresentadas no Saerjinho.

Melchior afirma que:

Os maiores benefícios para o educando estão relacionados à recuperação realizada no decorrer do processo, pois, se vão sendo recuperadas cada uma das dificuldades que o aprendiz encontra, vai aumentando sua autoconfiança, sua motivação e, conseqüentemente, seu esforço para aprender fica maior. (1998, p.69)

A fala de Melchior completa a ideia exposta: material pedagógico e dificuldades apresentadas pelos alunos devem estar em consonância.

Os números apresentados no gráfico 5 são os seguintes: 14% dos respondentes (13) concordaram totalmente com a afirmação referente à melhora no desempenho em Língua Portuguesa após participar das aulas do Projeto Reforço Escolar; 21% concordam parcialmente (20); 52% se disseram indiferentes (50); 4% discordam parcialmente (4); 9% discordam totalmente (9).

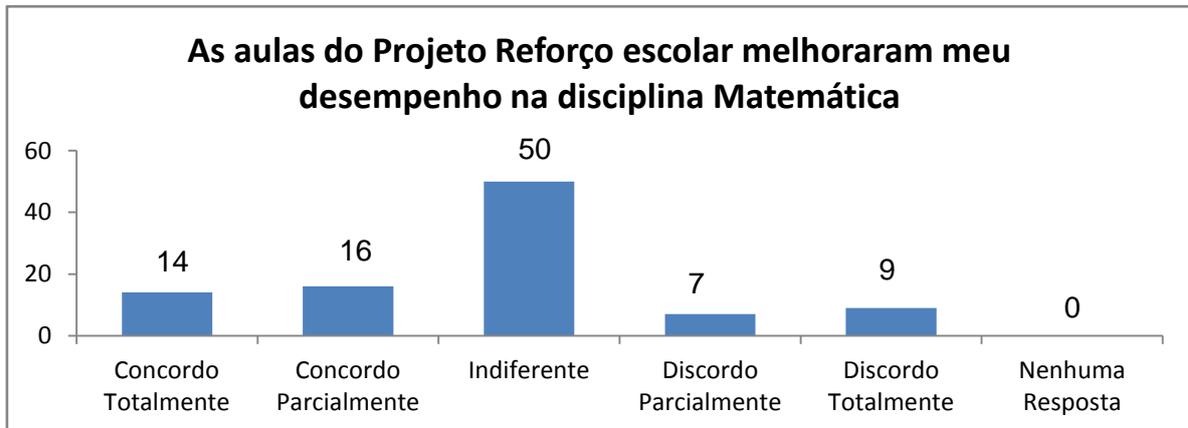
Gráfico 5 - As aulas do Projeto Reforço escolar melhoraram meu desempenho na disciplina Língua Portuguesa



Fonte: Dados do questionário.

Já as informações do gráfico 6 mostram que: 15% dos respondentes (14) concordaram totalmente com a afirmação referente à melhora no desempenho em Matemática após participar das aulas do Projeto Reforço Escolar; 17% concordam parcialmente (16); 52% se disseram indiferentes (50); 7% discordam parcialmente (7); 9% discordam totalmente (9).

Gráfico 6 - As aulas do Projeto Reforço escolar melhoraram meu desempenho na disciplina Matemática



Fonte: Dados do questionário.

Os alunos estão condicionados às aulas tradicionais, nas quais o professor transmite a informação e o aluno a recebe sem questionamentos. Macedo (2007, 66) faz as seguintes considerações a respeito deste tema:

Esse tipo de aula continua tendo um lugar; entretanto, torna-se necessário, também e cada vez mais, o domínio de um conteúdo chamado “procedimental”, da ordem do *saber como fazer*. (...) Hoje, tempo, de *aprender a aprender*. Hoje, as competências e habilidades que as expressam são mais fundamentais do que a excelência na realização de algo sempre superado ou atualizado por uma nova versão ou por uma nova necessidade ou problema.

As aulas ministradas no Projeto Reforço Escolar estão baseadas em dinâmicas que se utilizam de uma forma lúdica de ensinar. Isto pode causar nos alunos um estranhamento. E mais uma vez fica clara a importância de integração do que é feito nas atividades de recuperação de estudos e no horário regular. Ou seja, a escola precisa se entender como uma só. Vasconcellos (1994, p.45):

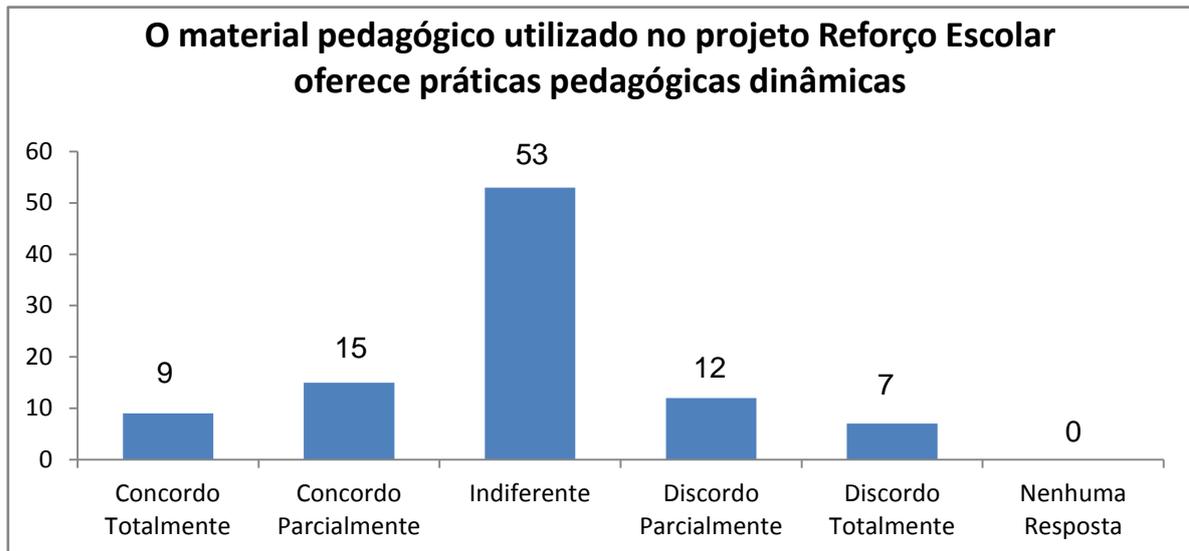
Assim, compreende-se que o conhecimento não é “transferido” ou “depositado” pelo outro (conforme a concepção tradicional), nem é “inventado” pelo sujeito (concepção espontaneísta), mas sim construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo.

Vasconcellos defende que o conhecimento deve ser construído pelo aluno à medida que sua integração com a turma e com o mundo que o cerca vai ocorrendo.

Ao serem perguntados se o material utilizado nas aulas oferece prática pedagógica dinâmica, 9% dos alunos (9) concordaram totalmente; 16%

concordaram parcialmente (15); 55% dos alunos (53) são indiferentes; 13% discordam parcialmente (12) e 7% discordam totalmente (7) a esta informação conforme os dados do gráfico 7.

Gráfico 7 - O material pedagógico utilizado no projeto Reforço Escolar oferece práticas pedagógicas dinâmicas



Fonte: Dados do questionário.

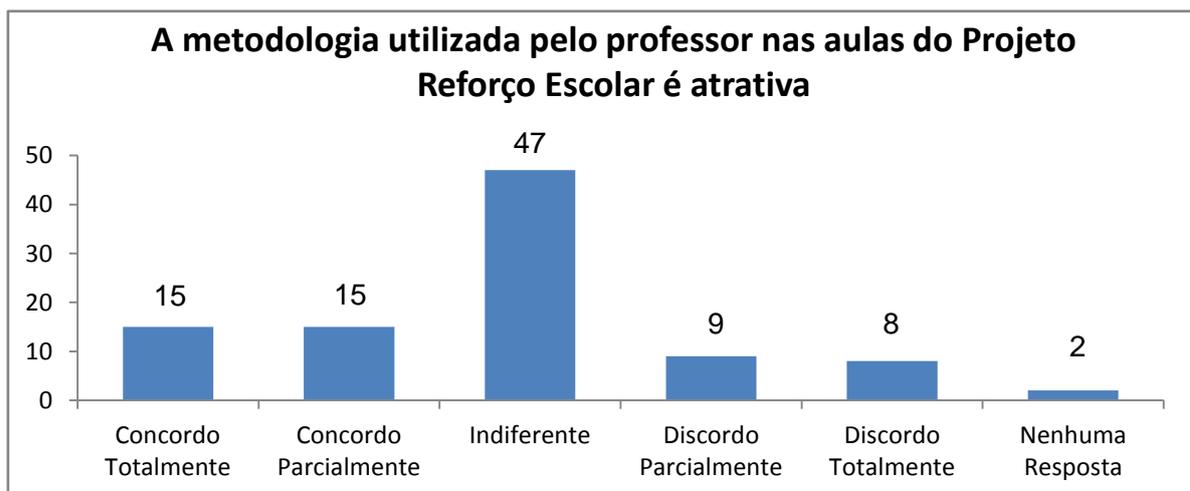
Os dados do gráfico 7 trazem um reforço sobre a reflexão referente à relevância que o material pedagógico do Reforço Escolar possui para o aluno. Como já mencionamos anteriormente, o material não atende de fato as necessidades dos alunos, uma vez que funciona como uma recuperação paralela do Currículo Mínimo, ao invés de abordar as dificuldades apresentadas pelos alunos apontadas do Saerjinho. Segundo Macedo:

Até pouco tempo, a grande questão escolar era a aprendizagem – exclusiva ou preferencial – de conceitos. Estávamos dominados pela visão de conhecer é acumular conceitos; ser inteligente implicava articular logicamente grandes ideias, estar informado sobre muitos conhecimentos, adquirir, enfim, como discurso, questões presentes principalmente em textos eruditos e importantes. Nesses termos, dar aula podia ser, para muitos professores, um exercício intelectual interessante. Os alunos, porém, não conseguem aprender nesse contexto, nem se sentem estimulados a pensar, pois sua participação neste tipo de aula não é tão ativa quanto poderia. (2007, pp. 65-66)

Partindo desta ideia posta por Macedo (2007), levantamos outra questão: os professores conseguem trabalhar com uma metodologia diferenciada, com aulas lúdicas, a fim de estimular a participação dos alunos em tempo integral nas aulas do projeto? Sobre este questionamento, Vasconcellos (1994, p.84) afirma que “o trabalho pedagógico, pela mediação do educador e dos materiais didáticos, deverá favorecer no educando a “reconstrução” das relações existentes no objeto de conhecimento.”

Percebemos no próximo gráfico que para 49% num total de 96 alunos, esta informação é indiferente. Quando perguntados sobre a metodologia utilizada pelo professor nas aulas do projeto ser atrativa, 16% dos respondentes (15) concordaram totalmente; 16% concordaram parcialmente (15); 49% foram indiferentes (47); 9% discordaram parcialmente (9); 8% discordaram totalmente e 2,2% não responderam.

Gráfico 8 - A metodologia utilizada pelo professor nas aulas do Projeto Reforço Escolar é atrativa



Fonte: Dados do questionário.

Segundo o gráfico 8, com relação à metodologia utilizada pelo professor, 49% também são indiferentes. Ou seja, o que é visto como um material diferenciado e dinâmico por parte de quem implementa o projeto não alcança o seu objetivo, pois não está atingindo os maiores interessados, isto é, os alunos. Melchior (1998, p. 29) aponta que:

Os professores têm que se aperfeiçoar, permanentemente, para conseguir acompanhar o desenvolvimento tecnológico, os descobrimentos científicos e, principalmente, atender às necessidades do aluno que têm perfil diferente a cada ano que

passa. Com paradigmas antigos, em termos educacionais, as necessidades de hoje não serão atendidas.

Não podemos afirmar que este seja o motivo para a falta de interesse dos alunos, mas sabemos que, na era da globalização, cabe aos professores buscar a integração entre o universo do jovem do século XXI e o conteúdo a ser ministrado que, muitas vezes, não faz sentido para ele. Nogueira e Nogueira (2004, p. 51):

Cada indivíduo é caracterizado por Bourdieu em termos de uma bagagem socialmente herdada. Essa bagagem inclui, por um lado, certos componentes objetivos, externos ao indivíduo, e que podem ser postos a serviço do sucesso escolar.

Como afirma Bourdieu, é preciso que o aluno crie identidade com o universo escolar e as aulas do projeto. Por acontecerem em um momento diferenciado, com um grupo menor de alunos, elas podem propiciar este momento de integração, desde que apresente, de fato, métodos dinâmicos e de acordo com as necessidades dos alunos.

Por fim, observamos que 50% dos alunos são indiferentes acerca da compatibilidade do conteúdo abordado no projeto com o estudado no horário regular.

Gráfico 9 - Os conteúdos abordados no Projeto Reforço Escolar são compatíveis com os das minhas aulas regulares



Fonte: Dados do questionário.

Ao aplicar o questionário para os alunos do 3º. ano do Ensino Médio, alunos estes que passaram pelas aulas do reforço no ano de 2012, detectamos pontos

importantes que precisam ser reestruturados no projeto Reforço Escolar. Os alunos não percebem que o desempenho apresentado por eles nas avaliações externas não é suficiente, já que a maioria está no nível baixo e intermediário e esta falta de consciência os desmotiva a participar das aulas. Outra questão a ser abordada é o dinamismo do material pedagógico e da metodologia utilizada pelos professores.

Para Melchior, “Estas capacidades não dependem dos assuntos que os professores trabalham em sala de aula, mas, principalmente, da forma como eles trabalham, das propostas e desafios que são feitos aos alunos” (1998, p. 22). E ainda neste ponto, Luckesi complementa:

Um mínimo necessário de aprendizagem em todas as condutas que são indispensáveis para se viver e se exercer a cidadania, que significa a detenção das informações e a capacidade de estudar, pensar, refletir e dirigir as ações com adequação e saber. (1995, p. 45)

Foram identificados, portanto, neste capítulo, alguns pontos na implementação do projeto Reforço Escolar que precisam ser revistos, tais como: a adequação do material pedagógico utilizado suprimindo as lacunas existentes entre as necessidades educacionais apresentadas pelos educandos e o que atualmente é trabalhado no projeto; a apropriação do projeto Reforço Escolar por toda comunidade escolar, tornando este um recurso a ser utilizado pelos professores na busca de se suprir a defasagem de conteúdos apresentadas pelos alunos com baixo desempenho; e a abertura por parte do órgão central para a participação dos professores que atuam no projeto na elaboração das dinâmicas que são utilizadas nas aulas, tornando estas mais próximas da realidade dos alunos e tornando também, desta forma, a formação oferecida aos professores não só em capacitação no material a ser utilizado nas aulas, mas em efetiva troca de experiências.

Finalizo a análise dos dados apresentados na tabulação dos questionários e no material utilizado no projeto Reforço Escolar apontando propostas de intervenções a serem realizadas pelo PAE: uma revisão no material pedagógico utilizado pelos professores nas aulas do projeto, a inserção dos objetivos do Reforço Escolar no projeto político pedagógico das unidades escolares, alterações na dinâmica realizada nas formações dos professores e a abertura para discussão de alteração no projeto de acordo com a vivência dos professores.

3. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA O PROJETO REFORÇO ESCOLAR

No primeiro capítulo deste trabalho, apresentei o contexto em que nasceu o projeto Reforço Escolar, no ano de 2012. Logo em seguida, delineei o projeto, seus objetivos, metodologia, público-alvo, material pedagógico e suas particularidades. Neste capítulo, descrevi a Diretoria Regional na qual está inserida a unidade escolar, que foi foco da pesquisa, e finalmente mostrei o perfil da escola em que ocorreu a implementação do projeto Reforço Escolar, alvo deste estudo.

No segundo capítulo, primeiramente, fiz a apreciação do material pedagógico utilizado nas aulas do Reforço Escolar, discuti os autores que embasam a pesquisa e analisei as respostas dadas pelos alunos no questionário aplicado. Neste momento do estudo, foram identificados alguns pontos na implementação do projeto Reforço Escolar que precisam passar por reformulação, com a intenção de atingir seu objetivo, que é melhorar o desempenho acadêmico do aluno. São eles: a não inclusão do Reforço escolar no Projeto Político Pedagógico das unidades escolares; a lacuna entre o material pedagógico e as habilidades e competências nas quais os alunos encontram maior dificuldade; a falta de motivação dos alunos e a necessidade de ajustes na formação dos professores para que estes possam efetivamente realizar troca de experiências e apontar sugestões para elaboração das dinâmicas utilizadas nas aulas do Reforço Escolar.

Neste terceiro capítulo, apresento uma proposta de intervenção do Reforço Escolar que busca minimizar os problemas encontrados na análise dos dados coletados durante a fase da pesquisa e que foram descritos no capítulo 2 desta dissertação.

Conforme Vasconcellos (1994, p.52):

Significar um objeto de conhecimento, para que o sujeito se debruce sobre ele, implica uma ação educativa no sentido de **provocar, desafiar, estimular, ajudar** o sujeito a estabelecer uma relação pertinente com o objeto, que corresponda em algum nível, à **satisfação de uma necessidade** sua, mesmo que essa necessidade não estivesse tão consciente de início.

As ideias do autor, já expostas no segundo capítulo, vêm de encontro à intenção da proposta de intervenção deste trabalho, que tem como objetivo principal criar estratégias para a ampliação da frequência dos alunos nas aulas.

Passo a descrever nas sessões seguintes as ações de intervenção que serão propostas neste plano de atendimento. Ações estas que serão designadas às seguintes esferas: SEEDUC-RJ, DRPMI e UE (unidade escolar). Visto que, apesar de toda análise ter sido realizada a partir da implementação do projeto Reforço Escolar em uma unidade escolar de Japeri, este segue as normas traçadas pelo órgão central (SEEDUC-RJ) que são implementadas a partir das orientações dadas pela DRMI. Para pensarmos em um plano de atendimento educacional que alinhe as ações do projeto será necessário o engajamento das três esferas envolvidas neste processo de implementação.

3.1 Revisão do Material Pedagógico utilizado no Projeto Reforço Escolar

Foi demonstrado no item, 2.1. “Análise dos dados apresentados no material pedagógico”, que as dinâmicas trabalhadas a cada bimestre ficam restritas a poucas habilidades, correspondendo ao que está determinado no Currículo Mínimo, quando a proposta inicial do projeto seria a de trabalhar com as habilidades que os alunos apresentaram maior dificuldade a partir das avaliações bimestrais, o Saerjinho.

Isto posto, fica definido como meta para esta ação sugerir à Coordenação do Ensino Médio (SEEDUC-RJ) reformular o material pedagógico em um prazo de oito meses, para que em 2015 os alunos sejam beneficiados com um recurso que atenda suas deficiências de aprendizagem.

Segundo Macedo (2007, p.75):

Desenvolver competências e habilidades na escola é considerado, hoje, tão importante quanto ensinar os conteúdos disciplinares. Notem bem: tão importante quanto. Suponho que a principal razão disso sejam as novas funções da educação básica que, por serem para todos, devem prover instrumentos fundamentais para sua vida em sociedade, aí incluímos a continuidade dos estudos, o trabalho e a autonomia, no limite do possível, para lidar com as necessidades do cotidiano e para as relações em comum.

As palavras do autor sintetizam a realidade educacional que vivenciamos nos dias de hoje e apontam que precisamos, para maior eficácia do projeto Reforço Escolar, adequar o material pedagógico ao contexto do aluno a fim de torná-lo atraente, além de valorizar as experiências trazidas dos professores que estão em sala de aula e conhecem as reais deficiências dos alunos.

3.1.1 Objetivos

O objetivo principal desta ação será tornar o material pedagógico utilizado e as dinâmicas mais próximas às deficiências de aprendizado apresentadas pelos alunos, tornando o projeto mais eficaz no processo ensino-aprendizagem. Porém para atingirmos este propósito será necessário eleger quais as habilidades deverão ser inseridas nas dinâmicas ofertadas aos alunos durante as aulas do projeto em cada unidade escolar; propor a Coordenação de Ensino, através de ofício, encaminhado pela Coordenadora de Ensino da DRPMI, mudanças no material pedagógico; determinar um momento na formação dos professores para debate e definição das habilidades que os alunos apresentam mais dificuldades entre todas as escolas.

3.1.2 Justificativa

A intenção de se sugerir ao Órgão Central a formulação do material pedagógico, tornando este mais próximo ao contexto do aluno com baixo desempenho, é de que em 2015 os alunos se identifiquem com as aulas e se sintam motivados a frequentar efetivamente ao projeto. De acordo com Melchior (1998, p. 94):

A recuperação não pode ser entendida como uma repetição das mesmas atividades. Se com estas atividades o aluno não foi capaz de atingir os objetivos, não basta repeti-las, é necessário que se identifiquem as causas do insucesso para agir sobre elas. Pode ser falta de pré-requisito, inadequação da sequência lógica e psicológica do conteúdo, falta de tempo entre uma etapa e outra, falta de significado do conteúdo e conseqüentemente desmotivação.

Foi seguindo esse pensamento da autora que esta ação foi elaborada.

3.1.3 Desenvolvimento da ação

Atualmente na DRPMI temos 62 escolas com o projeto implementado e 161 professores alocados em 256 turmas do Reforço Escolar, sendo 87 professores de Língua Portuguesa e 74 professores de Matemática. Para atender a estas unidades, temos quatro articuladoras que trabalham diretamente ligadas à Coordenadora de Ensino da DRMI.

As unidades escolares receberam no mês de maio de 2014 da Superintendência de Avaliação e Acompanhamento (SUPAA/SEEDUC-RJ) um arquivo com o percentual de acertos em cada habilidade avaliada no primeiro bimestre. A ideia inicial é que estes professores, de posse desses dados, possam apontar nas formações quais as habilidades deveriam ser abordadas nas dinâmicas.

O primeiro passo para esta ação será o envio do Ofício à Coordenação de Ensino Médio, solicitando a reformulação do material pedagógico utilizado no projeto Reforço Escolar e nas dinâmicas.

Após esta aprovação, as articuladoras serão orientadas a discutir em cada unidade escolar o material enviado pela SUPAA e definir em quais as habilidades os alunos daquela unidade escolar têm mais dificuldades.

Com esses dados definidos, os professores, no dia da formação, terão um espaço para apresentar as dificuldades de sua escola e, após um debate entre o grupo, serão elencadas as habilidades que apresentaram maior incidência.

Cientes das habilidades que os alunos apresentaram maior dificuldades e observando a especificidade de cada unidade escolar, as articuladoras repassarão esta informação à Coordenadora de Ensino, que a encaminhará à Coordenadora do Ensino Médio para que esta entregue à equipe da Fundação CECIERJ, responsável pela elaboração das dinâmicas.

3.1.4 Prazo

Esta ação deverá ter início neste ano de 2014 e acontecerá a partir da última formação dos professores que será em novembro. Tendo uma duração inicial de oito meses, uma vez que as novas dinâmicas já estarão disponíveis para os alunos em março de 2015. Mas, enquanto houver o projeto Reforço Escolar, este processo

deverá ser aplicado a cada formação, para que se garanta o atendimento às dificuldades reais dos alunos bimestralmente.

3.1.5 Custo

Será apresentado nesta seção alguns dos custos com o projeto Reforço Escolar que estão diretamente relacionados à ação. O custo inicial de cada dinâmica impressa é de R\$0,50, sendo elaboradas em média oito dinâmicas por bimestre. Contando com 20 alunos enturmados em cada turma, teremos um gasto bimestral com o material de aproximadamente R\$ 20.480,00 apenas com a impressão das dinâmicas que são custeadas pela SEEDUC-RJ, impressas e distribuídas pela Imprensa Oficial, considerando o total de 256 turmas do projeto na DRPMI. Todos esses custos estão previstos no processo para implementação do projeto.

De acordo com o edital⁴⁴ para seleção dos tutores que atuam na formação dos professores do projeto, estes recebem uma bolsa de R\$ 825,00 mensais para a tutoria nos quatro encontros anuais de oito horas e realizam o acompanhamento pela plataforma, totalizando um atendimento de 24 horas mensais. Já o custo com cada professor por bimestre é de R\$ 800,00 por oito horas de formação.

Segue abaixo um quadro com os pontos principais da proposta:

Quadro 5 - Revisão do Material Pedagógico utilizado no Projeto Reforço Escolar

Objetivos	Tornar o material pedagógico utilizado e as dinâmicas mais próximas às deficiências de aprendizado apresentadas pelos alunos, tornando o projeto mais eficaz no processo ensino-aprendizagem.
Meta	Sugerir à Coordenação do Ensino Médio (SEEDUC-RJ) reformular o material pedagógico em um prazo de oito meses, para que em 2015 os alunos sejam beneficiados com um recurso que atenda suas deficiências de aprendizagem.
Ação	Reformular, a partir do estudo realizado pelos professores aos dados da SUPAA e discussões na formação, o material pedagógico utilizado no

⁴⁴ EDITAL. Disponível em: <<http://extensao.cecierj.edu.br/wpress/TrabalheConosco/2014-002/edital-002-2014.pdf>>. Acesso em 29 de maio de 2014.

	projeto Reforço Escolar.
Responsável	Coordenador de Ensino da DRPMI
Procedimentos	<p>Elaborar um ofício com a proposta de reformulação, que será encaminhada à Coordenação de Ensino Médio (SEEDUC-RJ);</p> <p>Sendo aceita a proposta, orientar os professores, por meio das visitas realizadas às unidades escolares pelas articuladoras da DRPMI, a analisar os dados enviados pela SUPAA referentes às habilidades com menor percentual de acertos no Saerjinho.</p> <p>Na formação que ocorrerá em novembro de 2014, os professores, divididos em grupos, terão uma hora para discutir quais as habilidades têm um menor percentual de acertos, que sejam comuns às unidades escolares, e elencarem oito habilidades por bimestre. Esta atividade acontecerá por disciplina e ano de escolaridade.</p> <p>O rol de habilidades selecionadas pelos professores será encaminhado à Coordenação de Ensino Médio (SEEDUC-RJ) através da Coordenadora de Ensino.</p> <p>No ponto de controle mensal⁴⁵ com a Fundação CECIERJ realizado no Órgão Central, serão encaminhadas as habilidades para que esta possa, juntamente com sua equipe, reformular o material pedagógico utilizado no projeto.</p>
Prazo	Oito meses (inicialmente)
Justificativa	Para tornar o material pedagógico utilizado mais próximo das reais dificuldades apresentadas pelos alunos com baixo desempenho.
Custo	O custo já está previsto no orçamento do projeto, visto que a cada bimestre novas dinâmicas são impressas e entregues na DRPMI.

Fonte: Elaboração própria.

Dando continuidade a esta ação de intervenção, passo a descrever na seção seguinte a proposta de alteração na metodologia aplicada nos dias de formação dos professores.

3.2 A formação dos professores do Projeto Reforço Escolar

Como mencionado na seção anterior, os professores do projeto passam por formação a cada bimestre. Atualmente, de acordo com a coordenação do CECIERJ, o objetivo desta é capacitar o professor a aplicar as dinâmicas do projeto. A segunda

⁴⁵ Ponto de Controle Mensal – Reunião entre representantes da SEEDUC-RJ e Fundação CECIERJ para alinhar as ações do projeto Reforço Escolar.

ação proposta neste plano de atendimento é consequência da primeira, já que, para haver a reformulação do material pedagógico, precisaremos de um tempo específico na formação. A metodologia utilizada hoje em dia deverá ser revista.

3.2.1 Objetivos

A Coordenação de Ensino da DRPMI irá propor medidas que elevem a qualidade deste dia, valorizando a formação continuada do docente. Destacar, em conjunto com as articuladoras do projeto, os pontos a serem revistos neste dia, acarretando em um momento no qual o professor poderá apontar os pontos positivos e negativos e trocar experiências de sucesso, principalmente nas ações que foram eficientes na motivação dos alunos em participar do projeto.

Esta ação, portanto, pretende propor à Coordenação do Ensino Médio (SEEDUC-RJ) que faça um alinhamento com a Fundação CECIERJ para mudança na metodologia utilizada na formação.

3.2.2 Justificativa

A metodologia utilizada, nas formações presenciais, que ocorrem a cada bimestre, fica restrita à explicação, por parte do tutor, sobre as dinâmicas que serão utilizadas naquele período. Mas neste dia é preciso que o professor tenha espaço para expor as habilidades onde seus alunos encontraram maior dificuldade e participar de um momento de troca de informações e experiências com os outros professores que estão vivenciando a mesma experiência.

3.2.3 Desenvolvimento da ação

A formação do projeto Reforço Escolar ocorre em dois momentos: o presencial (a cada bimestre) e à distância (durante a aplicação das dinâmicas). O que se pretende é que o momento presencial, que tem a duração de oito horas aos sábados, seja dividido em três momentos.

Primeiro os professores serão divididos em dois grupos, Português e Matemática, e juntamente com os tutores e as articuladoras irão selecionar as habilidades que farão parte do novo material pedagógico. As articuladoras farão o

relatório deste momento, que será encaminhado a Coordenação do Ensino Médio para o processo contínuo de atualização do material pedagógico. Podemos considerar que este primeiro período acontecerá das 8h15min às 10h.

Em um segundo momento, os professores serão divididos por turmas. Duas com professores de Língua Portuguesa e duas com professores de Matemática. Com a participação das articuladoras (uma em cada sala) e dos tutores, poderão expor suas dificuldades e seus sucessos, oferecendo um momento de troca e aprimoramento profissional. Os pontos principais deste momento serão descritos em um relatório que será encaminhado à Coordenadora de Ensino que, após a apresentação à Diretora Regional Pedagógica, encaminhará à Coordenadora do Ensino Médio, fornecendo material de discussão para o ponto de controle que ocorre entre a SEEDUC-RJ e a Fundação CECIERJ a cada mês. Este período acontecerá entre 10h15 e 12h.

Finalmente, o terceiro momento acontecerá das 13h às 17h. Os tutores apresentarão o material utilizado, tirando as dúvidas dos professores em cada atividade prevista nas dinâmicas. Um ponto importante para que o tempo da formação seja redistribuído de forma a não prejudicar este período final é que os professores deverão fazer a leitura do material que será utilizado antes do dia da formação e, para isto, as dinâmicas dos professores deverão ser entregues pelo menos com dez dias de antecedência, o que não ocorre hoje.

3.2.4 Prazo

Entre a solicitação de reformulação da metodologia utilizada no dia da formação e a aceitação por parte da Coordenação do Ensino Médio, deve-se realizar uma reunião de alinhamento com o grupo. Estima-se que, na formação de novembro, já seja possível implementar esta ação, que será mantida em todo o período de existência do projeto.

3.2.5 Custo

O custo desta ação já está previsto no planejamento do projeto e sua descrição já foi realizada no item 3.1.5 deste trabalho.

Segue um quadro resumo, para melhor visualização desta ação:

Quadro 6 – A formação dos professores do Projeto Reforço Escolar

Objetivos	Propor medidas que elevem a qualidade da formação continuada valorizando este momento para o docente.
Meta	Sugerir à Coordenação do Ensino Médio (SEEDUC-RJ) reformular a metodologia da formação continuada a fim de oportunizar aos professores opinarem sobre os pontos críticos do projeto, na última formação de 2014.
Ação	Reestruturar a formação continuada do professor que ministra aula no projeto Reforço Escolar.
Responsável	Coordenador de Ensino da DRPMI
Procedimentos	Enviar ofício à Coordenação de Ensino Médio (SEEDUC-RJ) solicitando a reestruturação da formação continuada. Oportunizar ao professor do projeto um momento no qual serão elencados os pontos positivos e negativos do projeto. Produzir um relatório síntese que será enviado à Coordenação de Ensino Médio (SEEDUC-RJ). Este material será estudado no ponto de controle entre a SEEDUC-RJ e a Fundação CECIERJ.
Prazo	Oito meses (inicialmente)
Justificativa	Para tornar o projeto Reforço Escolar mais atrativo para os alunos com baixo desempenho.
Custo	O custo da formação já está previsto na proposta inicial do projeto.

Fonte: Elaboração própria.

3.3 O projeto Reforço Escolar e o Projeto Político Pedagógico (PPP)

Esta ação está amparada nas incumbências dos estabelecimentos de ensino determinadas na LDB 9394/96 em seu artigo 12 – incisos I e V, que determinam a elaboração do Projeto Político Pedagógico e a garantia ao aluno de uma oportunidade de recuperação de estudos àqueles com rendimento baixo. A proposta de um projeto de Reforço Escolar deve estar contextualizada na realidade da unidade escolar e fazer parte de seu processo de ensino-aprendizagem.

3.3.1 Objetivos

Os objetivos a serem alcançados nesta intervenção são: orientar a inclusão do projeto Reforço Escolar no PPP das unidades escolares; integrar, a partir da inclusão no PPP, as aulas do projeto no cotidiano escolar, pois a partir do registro no documento oficial da unidade, este passará a ser um recurso que auxiliará os professores na recuperação da aprendizagem dos alunos. A meta a ser alcançada com esta proposta é de, em curto prazo, (aproximadamente dois meses após a primeira reunião), estimular as unidades escolares na reflexão sobre o seu fazer pedagógico.

3.3.2 Justificativa

Analisando a escola como a principal executora das atividades educativas e endereço fim das ações de aperfeiçoamento do ensino gerenciadas pela SEEDUC-RJ, devemos, portanto, a partir dos pontos verificados no capítulo II, estabelecer meios para alinharmos as propostas do projeto Reforço Escolar para que este, de fato, alcance o aluno com desempenho abaixo do nível adequado, que é o esperado pela SEEDUC-RJ.

O PPP da unidade escolar traz o seu perfil e toda sua intenção pedagógica, sendo, desta forma, um projeto que se apresenta como um recurso para auxiliar os professores a desenvolver as competências e habilidades dos alunos. Portanto, deve estar inserido neste documento que demonstra o perfil da unidade escolar que é o Projeto Político Pedagógico.

3.3.3 Desenvolvimento da ação

Para atingir os objetivos propostos, a DRPMI, representada pela coordenadora de ensino, realizará no início do ano letivo, em seu auditório, uma reunião com os coordenadores pedagógicos das unidades escolares, orientando-lhes para que estes apresentem o Reforço Escolar para toda comunidade escolar e realizem a inserção do projeto no PPP.

A intenção é que, ao estimular a apresentação do projeto para a escola, este passe a compor o planejamento da UE e proporcione a troca de informações entre

os professores que ministram as aulas do Reforço Escolar e os que atuam nas aulas regulares. Desta forma, os regentes que atuam no projeto terão um *feedback* do trabalho realizado a partir das aulas no contra turno.

Após esta reunião inicial, a DRPMI, na figura do articulador que acompanha as UEs no momento de execução do projeto, poderá monitorar a integração do Reforço Escolar ao cotidiano escolar. Assim, esta ação terá início com a elaboração do PPP, que acontece na semana de planejamento, geralmente no mês de fevereiro, e será monitorada durante todo o ano letivo, a partir do acompanhamento das ações descritas do projeto da unidade escolar, em visitas realizadas por membros da DRMI.

Este encontro inicial será registrado em ata e cada UE deverá enviar à regional uma cópia digital de seu PPP. A partir da leitura do PPP, as articuladoras e a coordenadora de ensino irão destacar os pontos pertinentes ao projeto Reforço Escolar e poderão acompanhar, durante as visitas quinzenais às turmas, se a unidade escolar vem colocando em prática o previsto no PPP. Caso seja identificado que a escola não está agindo de acordo com o previsto no documento, a articuladora sinalizará à coordenadora, que chamará a diretora geral da unidade escolar para alinhar as ações em um primeiro momento. Caso- novamente fique comprovado o descumprimento da escola com o que está previsto em seu PPP, o relatório da unidade será encaminhado à Diretora Regional Pedagógica para as sanções necessárias.

3.3.4 Prazo

Esta última ação do plano de atendimento educacional terá um curto prazo para implementação e execução, já que o Projeto Político Pedagógico é um documento elaborado no início do ano letivo para direcionar os trabalhos realizados nas unidades escolares no decorrer do período. Estima-se um prazo de dois meses para finalização desta ação.

3.3.5 Custo

Como será necessária a organização de uma reunião para apresentação da proposta, prevê-se gastos com apostilas e lanche. Estes custos serão financiados

pela Diretoria Regional Administrativa, que já prevê em seu orçamento este tipo de ação. Somando a elaboração do material utilizado, a distribuição às escolas e o lanche, prevê-se um gasto de R\$2.500,00.

Apresento a seguir as ideias propostas acima em forma de um quadro resumo para facilitar a visualização do desenho traçado para esta ação:

Quadro 7 - O projeto Reforço Escolar e o Projeto Político Pedagógico (PPP)

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Orientar a inclusão o projeto Reforço Escolar no PPP das unidades escolares; ✓ Integrar, a partir da inclusão no PPP, as aulas do projeto no cotidiano escolar.
Meta	Aumentar o índice de participação dos alunos com baixo desempenho no projeto Reforço Escolar ao final do primeiro bimestre de 2015.
Ação	Integrar o Reforço Escolar ao projeto político pedagógico das unidades escolares.
Responsável	Coordenador de Ensino da DRPMI
Procedimentos	<p>Organizar a reunião do início do ano letivo em conjunto com a Diretora Regional Pedagógica, articuladoras e coordenadora de ensino;</p> <p>Preparar o local de reunião e todo material que será disponibilizado para as escolas;</p> <p>Convocar os coordenadores pedagógicos para reunião através de ofício;</p> <p>Realizar a reunião no auditório da regional;</p> <p>Registrar o encontro em ata e lista de frequência;</p> <p>Acompanhar as reuniões de apresentação da proposta nas unidades escolares a partir da visita da articuladora;</p> <p>Realizar reunião de alinhamento da ação bimestralmente com a equipe da DRMI (Diretora Regional Pedagógica, articuladoras e coordenadora de ensino).</p>
Prazo	Dois meses (fevereiro/março 2015)
Justificativa	Para integrar o projeto proposto pela SEEDUC-RJ ao PPP da UE.
Custo	O custo estimado é de R\$ 2.500,00 que será financiado pela DRPMI.

Fonte: Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo fica claro que muitos são os motivos que levam à desmotivação dos alunos em participar das aulas do projeto Reforço Escolar, porém a escola deve fornecer meios para que eles recuperem sua defasagem de aprendizado.

Este trabalho não teve a pretensão de esgotar o tema abordado, mas sim apontar, a partir dos estudos realizados e destaque dos pontos críticos na implementação do projeto Reforço Escolar, principalmente a baixa adesão dos alunos as aulas, um plano de atendimento educacional que minimize as situações-problemas e estimule a participação dos alunos com baixo desempenho nas aulas do projeto.

A primeira e a segunda proposta de intervenção descritas no terceiro capítulo deste trabalho dependem de aprovação do órgão central e isto pode ser um complicador em sua implementação. Outro grande empecilho será a disposição do professor em participar mais ativamente deste momento de formação.

Com este plano de atendimento educacional, acredito que a SEEDUC-RJ está atendendo as ações previstas em seu planejamento estratégico e busca a melhoria do desempenho acadêmico do aluno, levando o aprendizado de fato até o seu contexto escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPEd. Por um *Plano Nacional de Educação (2011-2020)* como política de Estado Rio de Janeiro: ANPED, 2011.

ARROYO, Miguel. *Outros sujeitos outras pedagogias*. Belo Horizonte: Editora Vozes, 2012.

ATKINSON (1989). In: HEIDEMANN, FG. *Política Pública Seus ciclos e subsistemas*. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 **Lex**: Leis de Diretrizes e Bases da educação.

CAED. PADRÃO DE DESEMPENHO. Disponível em: <<http://www.spaece.caedufjf.net/resultados/padroes-de-desempenho/>>. Acesso em 04 de Abril de 2014.

CECIERJ. EDITAL. Disponível em: <<http://extensao.cecierj.edu.br/wpress/TrabalheConosco/2014-002/edital-002-2014.pdf>>. Acesso em 29 de maio de 2014.

COSTA, C. F. PROGRAMA NOVA ESCOLA: UMA ANÁLISE DE SEUS IMPACTOS CURRICULARES Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/DC42.pdf>>. Acesso em 21 de julho de 2013.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo:IEE/PUC/SP, 2001.

FEICK (1992). HEIDEMANN, FG. *Política Pública Seus ciclos e subsistemas*. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. *Autonomia da escola: princípios e propostas*. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002 .

HEIDEMANN, FG. *Política Pública Seus ciclos e subsistemas*. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE. IDER. Dados disponíveis em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/indice/flanalali.asp?codpal=21&pal=EDUCA%C7%C3O>>. Acesso em 20 de julho de 2013.

INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em 05/02/2014.

LUCKESI, C. *Avaliação da Aprendizagem na Escola: Reelaborando Conceitos e Recriando a Prática*. Malabares Comunicação e Eventos: Salvador/BA, 2005.

MACEDO, L. *Ensaio Pedagógicos - Como Construir uma Escola para Todo?* Ed. Artmed: São Paulo, 2007.

MAGGIE (2006). In: MENDONÇA, C. *Solidariedade do conhecimento* / Cláudio Mendonça. - Rio de Janeiro :C. Mendonça, 2006.

MEC. ENSINO MÉDIO INOVADOR. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439>. Acesso em: 23 de Nov. de 2013.

_____. IDEB. Disponível em:<<http://www.portalideb.com.br/estado/119-rio-de-janeiro/ideb?etapa=EM&rede=estadual>>. Acesso em 23 de julho de 2013.

_____. PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16690&Itemid=1115>. Acesso em: 23 de Nov. de 2013.

MELCHIOR, M. C. *Sucesso Escolar Através da Avaliação e da Recuperação*. Ed. Premier: São Paulo, 1998.

MENDONÇA, C. *Solidariedade do conhecimento* / Cláudio Mendonça. - Rio de Janeiro :C. Mendonça, 2006.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para consolidação da política pública. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos educativos. Porto Alegre, Artmed, 2012.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Martins. *Bourdieu e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PNUD. IDH JAPERI. Disponível em: <*Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2000)> Acesso em 08 de março de 2013.

SEEDUC-RJ. CONEXÃO EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/especial.asp?EditeCodigoDaPagina=3522>>. Acesso em 17 de novembro de 2013.

_____. IDERJ. Disponível em:<<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=839010>>. Acesso em 20 de agosto de 2013.

_____.MANUAL REFORÇO ESCOLAR. Disponível em:
http://download.rj.gov.br/documentos/10112/157759/DLFE-60827.pdf/Manual_projeto_reforco2013.pdf. Acesso em: 01 de Nov. de 2013.

_____.PLANO ESTRATÉGICO. Disponível em:
<http://download.rj.gov.br/documentos/10112/179269/DLFE-50346.pdf/PlanoEstrategico20122031.pdf>>. Acesso em: 21 de julho de 2013.

_____. Portaria SEEDUC/SUGEN nº 174 de 26 de agosto de 2011.

_____.PROJETO REFORÇO ESCOLAR 2012. Disponível em:<<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=909407>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____.RENDA MELHOR. Disponível em:
<http://www.rendamelhor.rj.gov.br/>>. Acesso em: 23 de Nov. de 2013.

_____.REFORÇO ESCOLAR. Disponível em:
<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=909407>>. Acesso em: 01 de Nov. de 2013.

UOL. ENSINO MÉDIO REPROVADO. Disponível em: <
<http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/28/ensino-medio-reprovado-267452-1.asp>>. Acesso em 22 de julho de 2013.

VASCONCELLOS, C. S. *Construção do Conhecimento em Sala de Aula*. São Paulo: Libertad,1994.

_____. *Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança – por uma práxis transformadora*. São Paulo: Libertad, 2002.

WEISS, Carol. *Evaluation*. Upper River: Prentice Hall, 1995.

WEISZ, T. *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. Ática: São Paulo, 2011.

ANEXOS

Anexo 1 – Questionário aplicado aos alunos

QUESTIONÁRIO PARA ALUNO

1. Sexo:

Masculino

Feminino

2. Idade:

15 anos

16 anos

17 anos

18 anos

19 anos

20 anos ou mais

3) Favor responder a este questionário considerando sua percepção ou opinião quanto às afirmativas, circulando o número que corresponda ao seu grau de concordância.

		1 - Discordo totalmente		2 - Discordo parcialmente		3 - Indiferente		
		4 - Concordo Parcialmente		5 - Concordo totalmente				
01	Frequento as aulas assiduamente.	1	2	3	4	5		
02	Tenho facilidade em aprender os conteúdos de Língua Portuguesa.	1	2	3	4	5		
03	Tenho facilidade em aprender os conteúdos de Matemática.	1	2	3	4	5		
04	“Você acha válido assistir aulas do reforço no contra turno”?	1	2	3	4	5		
05	O projeto Reforço Escolar satisfaz minhas expectativas com o aprendizado.	1	2	3	4	5		
06	A metodologia utilizada pelo professor nas aulas do Projeto Reforço Escolar é atrativa.	1	2	3	4	5		
07	Os conteúdos abordados no Projeto Reforço Escolar são compatíveis com os das minhas aulas regulares.	1	2	3	4	5		
08	O material pedagógico utilizado no projeto Reforço Escolar oferece práticas pedagógicas dinâmicas.	1	2	3	4	5		
09	As aulas do Projeto Reforço escolar melhoraram meu desempenho na disciplina Língua Portuguesa.	1	2	3	4	5		
10	As aulas do Projeto Reforço escolar melhoraram meu desempenho na disciplina Matemática.	1	2	3	4	5		

Anexo 2 – Capa da dinâmica utilizada no projeto Reforço Escolar



Tomando posição: o texto argumentativo

Dinâmica 7

2ª Série | 3º Bimestre

Professor

DISCIPLINA	SÉRIE	CONCEITOS	OBJETIVO
Língua Portuguesa	2ª do Ensino Médio	Tese, argumento e contra-argumento	Identificar a tese de um texto

DINÂMICA	Tomando posição: o texto argumentativo.
HABILIDADE PRINCIPAL	H22 – Identificar a tese de um texto.
HABILIDADES ASSOCIADAS	H04 – Estabelecer relação entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la.
CURRÍCULO MÍNIMO	Diferenciar tese, argumentos e contra-argumentos para a estruturação e defesa do ponto de vista.



Pirâmides e Cones

Dinâmica 9

2ª Série | 3º Bimestre

Professor

DISCIPLINA	SÉRIE	CAMPO	CONCEITO
Matemática	Ensino Médio 2ª	Campo Geométrico	Geometria Espacial: Pirâmides e Cones

DINÂMICA	Pirâmides e Cones
HABILIDADE PRINCIPAL	H04 – Identificar propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos.
HABILIDADES ASSOCIADAS	H03 – Identificar propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações.
CURRÍCULO MÍNIMO	Reconhecer e nomear pirâmides e cones.